

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA
Curso de Administração – CADM

**O empréstimo consignado e suas consequências no orçamento familiar de
aposentados e pensionistas do INSS de João Pessoa/PB**

THÂMILA MARIA MOLITERNO DE SANTANA FREIRE

João Pessoa

Outubro 2018

THÂMILA MARIA MOLITERNO DE SANTANA FREIRE

O empréstimo consignado e suas consequências no orçamento familiar de aposentados e pensionistas do INSS de João Pessoa/PB

Trabalho de Curso apresentado como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Administração, pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba / UFPB. Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pilar da Silva Júnior

João Pessoa

Outubro 2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F866e Freir, Thamila Maria Moliterno de Santana.

O empréstimo consignado e suas consequências no orçamento familiar de aposentados e pensionistas do INSS de João Pessoa/PB / Thamila Maria Moliterno de Santana Freir. - João Pessoa, 2018.

80f.

Orientação: Cláudio Pilar da Silva Júnior.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Empréstimo. Orçamento. Educação financeira. I. Júnior, Cláudio Pilar da Silva. II. Título.

UFPB/CCSA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho apresentado à banca examinadora como requisito parcial para a Conclusão de Curso do Bacharelado em Administração

Aluno: Thâmila Maria Moliterno de Santana Freire

Trabalho: O empréstimo consignado e suas consequências no orçamento familiar de aposentados e pensionistas do INSS de João Pessoa/PB

Área da pesquisa: Administração Financeira

Data de aprovação:

Banca examinadora

Prof. Dr. Cláudio Pilar da Silva Júnior

Prof.a Ma. Paula Luciana Bruschi Sanches

AGRADECIMENTOS

Agradeço a conclusão dessa monografia e de todo o esforço investido no curso de administração, primeiramente a Deus, por me conceder mais uma oportunidade de crescer como pessoa e profissional, e por me amparar nos momentos mais difíceis longe de casa. A minha família, por todo o suporte, material e emocional, durante os bons e maus momentos dessa caminhada rumo a mais uma graduação, em especial à minha mãe e pai, por todo amor e carinho. Também agradeço ao meu orientador, Cláudio Pilar, por ter me acolhido como orientanda, mesmo não me conhecendo como aluna, mas que se dispôs a trilhar um passo tão importante para a conclusão da graduação e por ter estado presente durante toda a elaboração do trabalho. Não poderia deixar de mencionar os amigos que me acompanharam desde o momento de entrada na universidade: Andrezza Rafael, pelo companheirismo e auxílio em todos os momentos do curso, nas dificuldades e vitórias na conclusão de cada ciclo que fizemos juntas, nas risadas e preocupações compartilhadas. Heudja Varela, por todos os momentos que segurou a minha mão, que riu e chorou comigo, pelas broncas e palavras de apoio. Derick Lima, companheiro de trabalho e de provas intermináveis, mas que sempre ofereceu palavras de apoio e um abraço carinhoso. A Lynda Lee, Marina Barkokebas, Daniel Muniz e Brunno Christian, pela amizade e carinho.

RESUMO

O presente estudo discute os efeitos do empréstimo consignado em folha na renda de aposentados e pensionistas do INSS da cidade de João Pessoa, Paraíba. Como principais objetivos buscou-se analisar o perfil sociodemográfico do público idoso, verificar o nível de educação financeira através do comportamento do consumidor diante da contratação do crédito consignado e, por fim, identificar os impactos do mesmo em seu orçamento familiar. Partindo de uma perspectiva metodológica qualitativa, realizaram-se entrevistas com oito aposentados e pensionistas do INSS que, em algum momento da vida utilizaram o crédito consignado, por meio de um roteiro semiestruturado, durante o mês de setembro. Os participantes foram selecionados por conveniência em agências bancárias no período de recebimento de renda e o conteúdo das entrevistas foi analisado por meio da técnica de análise de conteúdo. Como resultado, verificou-se que os participantes recebem entre um a dois salários mínimos de aposentadoria/pensão do INSS, corroborando com dados da Secretaria de Previdência Social sobre o perfil de tomadores de crédito, sendo a maioria mulheres que dividem a moradia com maridos e filhos e possuem renda familiar com média de 2,5 salários mínimos mensais. No tocante ao nível de educação financeira dos participantes, todos se mostraram cientes tanto das condições e funcionamento do crédito consignado, mencionando prazos e valores das parcelas dos últimos empréstimos feitos e considerando-se bem informados acerca do serviço pelas instituições responsáveis, como também dos riscos inerentes à sua contratação a longo prazo. Com relação as consequências do empréstimo consignado para o orçamento familiar, percebeu-se que entre elas estão o comprometimento da renda a longo prazo, diminuição do poder de compra das famílias e dívidas, decorrentes da diminuição da renda em virtude do desconto direto do empréstimo no benefício dos aposentados e pensionistas, os quais escolhem quais contas pagar no final do mês. Outras consequências além das mencionadas, mas que são importantes citar são: o vício gerado por este tipo de produto e a percepção da piora no padrão de vida. Concluiu-se que para evitar ou diminuir tais impactos é necessário uma participação mais ativa do governo na criação de programas efetivos que propiciem não apenas uma boa educação, mas uma alfabetização financeira voltadas especificamente para o público idoso, que os oriente a realizar um planejamento familiar eficaz e utilizem a ferramenta do orçamento financeiro para melhor acompanhar as suas receitas e despesas e busquem alternativas para diminuir os impactos negativos do empréstimo, caso precisem recorrer a ele novamente em situações de necessidade.

Palavras-chave: Empréstimo. Orçamento. Educação financeira.

ABSTRACT

The present study discusses the effects of the payroll loan on the income of retirees and pensioners of the INSS in the city of João Pessoa, Paraíba. The main objectives were to analyze the socio-demographic profile of the elderly public, to verify the level of financial education through the behavior of the consumer before contracting payroll loans and, finally, to identify the impacts of the same in their family budget. Starting from a qualitative methodological perspective, interviews were conducted with eight retirees and INSS pensioners who, at some point in their lives, used payroll deductible credit through a semi-structured roadmap during the month of September. Participants were selected for convenience in bank agencies during the period of receipt of income and the content of the interviews was analyzed using the content analysis technique. As a result, it was verified that the participants receive between one to two minimum salaries of pension of the INSS, corroborating with data of the Secretariat of Social Security on the profile of borrowers, being the majority women that divide the dwelling with husbands and children and have a family income of 2.5 minimum monthly wages. Regarding the level of financial education of the participants, all were aware of both the conditions and functioning of payroll loans, mentioning terms and values of the installments of the last loans made and considering themselves well informed about the service by the institutions responsible, as well as the risks inherent in its long-term contracting. With regard to the consequences of the loan allocated to the family budget, it was noted that among them are the long-term commitment of income, a decrease in the purchasing power of families and debts, due to the decrease in income due to the direct discount of the loan in the benefit ratio of retirees and pensioners, who choose which bills to pay at the end of the month. Other consequences mentioned above, but which are important to mention are: the addiction generated by this type of product and the perception of worsening living standards. It was concluded that in order to avoid or reduce such impacts, a more active participation of the government is necessary in the creation of effective programs that provide not only a good education, but a financial literacy aimed specifically at the elderly public, that guides them to carry out a family planning effective way and use the financial budget tool to better track your income and expenses and look for alternatives to lessen the negative loan's impacts if you need to resort to it again in times of need.

Keywords: Loan. Budget. Financial education

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesa.....	34
Figura 2 - Percentual de famílias endividadas	35
Figura 3 - Tipo de dívida (% de famílias)	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Roteiro de entrevista	42
Quadro 2 - Perfil dos Entrevistados	46
Quadro 3 - Parcelas e Prazos dos empréstimos realizados.....	49
Quadro 4 – Resultados condensados da análise.....	65

LISTA DE SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
CGGPB	Coordenação Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
COREMEC	Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FCA	Financial Conduct Authority
INFE	Rede Internacional de Educação Financeira
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
NEFE	Fundo Nacional de Educação Financeira National Endowment for Financial Education
OECD	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEIC	Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
SUIBE	Sistema Único de Informações de Benefícios
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	EDUCAÇÃO FINANCEIRA	17
2.1.1.	Educação Financeira x Alfabetização Financeira	18
2.1.2.	Educação Financeira: um debate global	21
2.1.3.	A Educação financeira no Brasil	24
2.2.	PLANEJAMENTO FINANCEIRO:	27
2.2.1.	A importância do Planejamento Financeiro	27
2.2.2	Planejamento financeiro e orçamento familiar	29
2.2.3.	Orçamento, consumo e endividamento	31
3	METODOLOGIA	38
3.2	DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	39
3.3	PROCEDIMENTOS E COLETA DE DADOS	40
3.4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	43
4.	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	45
4.1.	PERFIL DOS ENTREVISTADOS	45
4.2	CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	47
4.3.	FINALIDADE DO CRÉDITO	52
4.4.	PERCEPÇÃO DO CONSIGNADO	60
	CONCLUSÕES	68
	REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar a delimitação do tema a ser abordado na monografia, bem como o problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos e, por fim, a justificativa para desenvolvimento do atual estudo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A modalidade de empréstimo consignado foi instituída no governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva no ano de 2003, pela lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003 (BARONE; SADER, 2008). Essa modalidade consiste no desconto em folha de pagamento, das parcelas de empréstimos tomados por aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e servidores das esferas federal e municipal, que não deve comprometer mais do que 35% de sua renda, taxa determinada pelo Banco Central. Dos 35% de margem que devem estar disponíveis para tomada de crédito, 30% estão destinados para empréstimos pessoais e 5% para aquisição de cartões de crédito.

Desde aquele ano, o valor pago nesta modalidade de crédito, somente no caso de aposentados e pensionistas do INSS, cresceu consideravelmente, passando do valor de cerca de mais de um bilhão e meio de reais no ano de 2004, para mais de dezesseis bilhões de reais em 2013, de acordo com dados obtidos através do Sistema Único de Informações de Benefícios (SUIBE), apresentados por Moura (2016). Em dados mais atualizados divulgados pela Coordenação Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios (BRASIL, 2017¹), no ano de 2017 o valor de contratos de empréstimos averbados pelo INSS já se aproximava dos trinta e oito bilhões de reais. Em suma, considerando o período de 2004 até 2017, o número de contratos ainda ativos somava cerca de noventa e oito bilhões de reais.

Dessa forma, o aumento significativo do valor pago em consignados para pensionistas e aposentados do INSS pode ser explicado pela facilidade em se realizar esse tipo de empréstimo, cabendo apenas ao aposentado/pensionista ter margem para realização da operação financeira e munido de comprovante de residência, contracheque e documento de identidade atualizado, obter

¹ Dados disponíveis no site: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-pessoa-idosa-cidosa/arquivos/audiencias-publicas/audiencia-publica-para-violencia-financeira-contra-a-pessoa-idosa/apresentacao-ap-18-10-17-alberto-alegre-inss>.

crédito consignado, seja em bancos ou em correspondentes bancários. As taxas de juros são em geral mais baixas (máximo 2,08% para o INSS, ao mês) do que em outras modalidades de crédito, ainda que em termos absolutos se mantenham aquém de um valor ideal (MORA, 2015).

De acordo com Mora (2015), a introdução do crédito consignado no Brasil mudou o perfil do crédito pessoal no país, causando uma redução na taxa de juros média ao ano, de 80% para 40%, e sobre o prazo médio das operações envolvendo empréstimos consignados, o qual sofreu uma ampliação de 220 para mais de 550 dias em média, entre os períodos de 2003 (ano em que essa modalidade foi instituída por lei) a 2010. Desse modo, houve a redução dos custos de empréstimos dessa natureza, possibilitando o desconto de valores menores de parcelas e comprometendo menos, em teoria, a renda daqueles que fazem uso desse tipo de serviço bancário.

Entretanto, apesar de sua fácil contratação e taxas de juros mais baixas, os efeitos do empréstimo consignado para os seus tomadores não são nada positivos. Pesquisas voltadas para este tema (DUARTE; CAMPOS, 2013; SOUZA; MORETTO, 2014; VASCONCELOS et al, 2017) apontam que muitos dos que contraem o crédito consignado, o fazem por consequência da má administração de renda, por falta de conhecimentos sobre como funciona este tipo de crédito, como as taxas reais praticadas e do conteúdo dos contratos assinados, e a falta de planejamento prévio para a aquisição do crédito, resultando em endividamento e comprometimento real da renda, pelo período que durar a contratação desse tipo de crédito.

Acredita-se que essas implicações negativas para aposentados e pensionistas em especial, são resultado da falta de acesso a uma educação financeira, a qual poderia habilitá-los a tomar decisões que não comprometam a sua renda (SOUZA; MORETTO, 2014; TUSSET, 2012; HUBERT, 2016; CARLS; RI, 2015). Por educação financeira, entende-se ser um processo de desenvolvimento da compreensão, por parte dos indivíduos, sobre os produtos oferecidos no mercado financeiro, os seus riscos e benefícios, o que os permite tomar decisões melhor embasadas e seguras sobre qualquer ação que venham a realizar com o seu dinheiro (POTRICH et al, 2012).

Portanto, quando o indivíduo desconhece um produto/serviço financeiro, a probabilidade de haver complicações para o seu orçamento no futuro é uma possibilidade real. Desse modo, a educação financeira tem como um de seus principais benefícios capacitar o indivíduo para que possa elaborar orçamentos condizentes com sua realidade financeira, evitando o endividamento e o superendividamento (BARBOSA et al, 2014).

Todavia, julgando-se que o público em questão é composto por idosos e que boa parte de seu orçamento pode estar comprometido com cuidados com a saúde, entre tratamentos médicos e remédios, o mesmo está mais vulnerável ao marketing agressivo de empresas que oferecem crédito rápido e fácil, aproveitando-se de sua desinformação e baixo nível de conhecimento financeiro (DUARTE; CAMPOS, 2014). Considerando-se que o idoso, nas famílias brasileiras, ainda exerce o papel de provedor da família, tendo como principal fonte de renda a aposentadoria ou pensões, esse quadro tende a se tornar cada vez mais comum, já que em estudo realizado pela OMS, até 2025, o Brasil se tornará a sexta maior população idosa no mundo (ALMEIDA; FREITAS, 2007).

Por essa razão, o endividamento e o superendividamento podem se tornar realidade dentro das famílias que dependem das pensões e aposentadorias concedidas pelo INSS. O endividamento ocorre pelo acúmulo de dívidas do indivíduo, ocasionado por descontrole nas finanças pessoais e familiares, devido a fatores como situação econômica-sociais, culturais e psicológicos (CARLS; RI 2013). Apenas para ilustrar o perfil dos tomadores de crédito consignado pelo INSS, de acordo com a Secretaria da Previdência Social, em pesquisa realizada em 2014, a maioria dos aposentados e pensionistas que solicitaram empréstimos ganhavam até um salário mínimo e juntos somavam mais de 1 bilhão em empréstimos, sendo a maioria dos contratos feitos por mulheres, com a região Sudeste liderando em número de contratos, seguida de perto pela região Nordeste (BRASIL, 2014).

Em realidade, as mulheres continuam como maioria de contratantes deste tipo de empréstimo, com um total de 5.648.111 milhões contratos ativos, contra 4.497.343 milhões de contratos ativos feitos pelos homens (BRASIL, 2017). São idosos e idosas, em sua maioria com faixa etária entre 60 e 69 anos, que contam com o crédito consignado por diferentes motivos e cujas consequências no orçamento familiar podem variar, dependendo de como é realizada a gestão das finanças em cada família. Dessa forma, é importante averiguar o fenômeno do crédito consignado no país, seus riscos ou possíveis benefícios para os seus tomadores. Por este motivo este trabalho buscará responder à seguinte questão: quais as consequências dos empréstimos consignados em folha para os aposentados e pensionistas do INSS, residentes na cidade de João Pessoa?

1.2 OBJETIVOS

A seguir são apresentados os objetivos que se pretende alcançar ao final da presente pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo principal deste trabalho é identificar as consequências da tomada de empréstimo pelos aposentados/pensionistas do INSS na cidade de João Pessoa.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar o perfil dos tomadores de crédito consignado da cidade de João Pessoa;
- Verificar o nível de educação financeira através do comportamento do tomador de empréstimo consignado;
- Identificar qual o impacto dos empréstimos em folha no orçamento familiar de aposentados e pensionistas do INSS.

1.3 JUSTIFICATIVA

Quando no ano de 2003 o governo de Luís Inácio Lula da Silva instituiu o crédito consignado, modificando a lógica do crédito produtivo antes praticada pelo governo FHC, para popular, com o objetivo de incentivar o consumo e, assim, aquecer a economia, a taxa de famílias endividadas entrou em um ciclo de crescimento e a falta de políticas públicas que orientassem, principalmente, aquelas pertencentes a baixa renda, resultou em um sério risco ao seu desenvolvimento econômico e social (BARONE; SADER 2008).

Com efeito esse encorajamento do governo Lula para o aumento do consumo e abertura e maior facilidade de crédito, somado às políticas sociais e públicas de inclusão, inicialmente alcançou resultados positivos, principalmente para a população mais carente. No período de 2003 a 2009 houve a ascensão de milhões de pessoas da classe D e E para a classe C e em 2011, já no governo de Dilma Rousseff, a nova classe média brasileira correspondia à 55% da população. Entretanto, como não houve uma conscientização da população para os riscos aliados a utilização indiscriminada de crédito, o resultado foi o comprometimento cada vez maior da renda das famílias.

Para agravar este quadro, com a lei 10.954/2004, que alterou o artigo 6 da lei 10.820/2003 permitindo que houvesse o desconto em folha também dos benefícios previdenciários dos aposentados e pensionistas do RGPS, se deu início ao aumento da modalidade de empréstimo do crédito consignado, principalmente entre aqueles que recebiam um valor equiparado a um salário mínimo (PORTO, 2014). Especificamente no Estado da Paraíba, o número de benefícios pagos entre aposentadorias e pensões do INSS, desde 2005 até 2018, somam um total de 729.061 mil, os quais somam um valor pago de mais de 2 bilhões de reais no referido período, sendo 85,50 % dos benefícios no valor de até um salário mínimo (BRASIL, 2018). Esse último dado coincide com o valor em comum pago pelo INSS para a maioria dos beneficiários do país.

O fato de a maioria dos idosos e pensionistas do estado da Paraíba receber benefícios com um valor equivalente a um salário mínimo é um grande risco para aqueles que realizam empréstimos em folha, pois o desconto em uma renda já mínima por um período, que em geral somam 72 meses, deixa em uma situação ainda mais vulnerável socialmente os beneficiários. Considerando-se ainda a situação econômica do país, o qual está em um caminho lento de recuperação, e cujo o PIB (Produto Interno Bruto), no mês de junho de 2018 teve sua projeção revista para baixo, passando de 2,18% para 1,94%, e a projeção de inflação no mesmo período

subindo de 0,65% para 3,82%, com apenas a taxa Selic mantendo-se inalterada para o resto do ano, com 6,50% , o poder de compra do brasileiro diminui e a população com renda mais baixa sente mais fortemente os efeitos da economia (FRISCH, 2018).

Por essa razão, recorrer aos empréstimos consignados pode ser uma das saídas e, principalmente para as famílias com idosos e pensionistas do INSS, a possibilidade de contar com as aposentadorias mensais e de ter acesso a crédito fácil com taxas mais baixas, aumenta a importância financeira desses indivíduos no ambiente familiar. No entanto, essa situação só expõe um dos problemas com o crédito consignado no Brasil, isso porque, de início, o objetivo do crédito consignado defendido pelo governo era o de socorrer eventuais necessidades dos beneficiários do INSS. Porém, muitos beneficiários o veem como complemento de renda, o que resulta em um dos principais riscos dessa modalidade de empréstimo: o endividamento.

Para solucionar esse problema que afeta milhões de famílias no país, atualmente a Secretaria de Previdência em conjunto com a Associação de Educação Financeira do Brasil, desenvolve um trabalho junto a tomadores de empréstimos. Mas em virtude de um mercado que só aumenta, pois de acordo com a própria secretaria, em julho de 2017 o saldo total de empréstimos consignados destinados para o INSS era de R\$ 110 bilhões de reais, é necessário um esforço ainda maior para que esses programas alcancem a um maior número de beneficiados e sejam mais efetivos no alcance de seu objetivo. Por esse motivo, os programas de educação financeira figuram-se como ferramentas importantes para resgatar os grupos sociais mais vulneráveis economicamente do comprometimento irreversível de sua fonte de sustento (BRASIL, 2017).

Além do endividamento, entre outros riscos a que os idosos e pensionistas estão expostos na contratação desse tipo de crédito, há a possibilidade de fraudes e contratos assinados sem o devido conhecimento das cláusulas e taxas praticadas por bancos e correspondentes bancárias. Os idosos são as principais vítimas dessas situações, por se caracterizarem como um público vulnerável pela idade já avançada, de práticas abusivas das instituições financeiras para com esse público, o que ainda é comum no país. Esses cidadãos, muitas vezes fragilizados diante de uma situação financeira desfavorável, são as principais vítimas de um sistema precário com políticas públicas ineficientes, principalmente no que diz respeito à saúde e educação (NOBREGA, 2011).

Por essa razão é importante, do ponto de vista social, expor os riscos do crédito consignado para os aposentados e pensionistas do INSS, em especial aqueles que não recebem além do equivalente a um salário mínimo, por se caracterizarem como a parcela da população com a maior

probabilidade de serem vítimas da falta de orientação quanto às vantagens e desvantagens do crédito consignado. Além disso, tomando como base a situação de recessão econômica do país, em que os índices de endividamento mostravam que em maio 59,1% das famílias se encontravam endividadas (CNC, 2018), somado ao aumento da taxa de desemprego, que alcançou 13,1% no primeiro trimestre de 2018 (ALVARENGA; SILVEIRA, 2018), o crédito consignado adquire uma atratividade ainda maior aos que não estão inteiramente conscientes dos riscos que esse representa.

Portanto, considerando o fato de que a maioria das pessoas que recorrem à esse tipo de crédito o utilizam como um complemento de renda, sem estar atento ao impacto desses descontos em folha, das taxas praticadas e do longo prazo a que sua renda é comprometida, além dos demais riscos apontados anteriormente, é fundamental justificar este trabalho de modo que venha demonstrar, em forma de um estudo, as principais consequências que o empréstimo descontado em folha pode representar para as famílias daqueles beneficiários, e como o acesso à educação financeira pode influenciar na tomada de decisão no que concerne a decisão de realizar, ou não, um empréstimo.

Diante de todo o conteúdo já abordado, nas próximas seções serão discutidos o referencial teórico que serviu como base para a discussão dos principais tópicos que envolvem o empréstimo consignado e suas consequências para o consumidor, seguidos da metodologia utilizada para a realização do presente estudo e da análise e discussão dos resultados encontrados após a pesquisa realizada e os principais achados, encerrando com as principais conclusões acerca dos resultados obtidos durante a realização da mesma.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão discutidos a seguir, o referencial teórico que norteou as principais discussões que envolvem o empréstimo consignado e seu histórico de criação por parte do governo brasileiro, educação financeira e políticas nacionais e internacionais para o sua expansão e desenvolvimento, planejamento e orçamento financeiro e as consequências da ausência de uma elaboração dos mesmos por parte de muitas famílias brasileiras. Dessa forma, espera-se abordar os principais tópicos, os quais se interligam de modo que é possível enxergar como há uma cadeia de elementos que prejudicam o consumidor idoso no momento da decisão em adquirir o crédito consignado.

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Educação Financeira e sua relevância no contexto econômico atual tem sido debatida em nível global com crescente intensidade, sob perspectivas e aspectos distintos em diversos países. Essa discussão iniciou-se a partir de mudanças nos âmbitos econômico e sociopolíticos mundiais, intensificadas com o fenômeno da globalização, a qual modificou o panorama global impulsionando a revolução tecnológica que atingiu os serviços financeiros oferecidos atualmente (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Esses serviços exigem dos usuários um nível de conhecimento cada vez maior de suas funcionalidades e utilização, pois estão se tornando mais complexos. O desconhecimento da população nessa área é motivo de preocupação por parte diferentes governos, pois as más decisões de cunho financeiro podem afetar o desenvolvimento econômico de um país, principalmente diante de cenários de crise.

Portanto, o debate sobre a elaboração e implantação de programas que eduquem e habilitem a população a usar, de forma responsável e consciente, os produtos disponíveis relativos a investimentos e obtenção de crédito no sistema bancário é extremamente importante para estabelecer o crescimento socioeconômico de qualquer país que deseje continuar competitivo frente ao mercado internacional.

Dessa forma, medir o conhecimento e compreensão da população, observando seu comportamento com relação às suas finanças é fundamental para identificar potenciais necessidades e falhas em relação a aspectos específicos de alfabetização financeira, bem como identificar grupos de risco (ATKINSON; MESSY, 2011, p. 4, *tradução nossa*).”.

A partir da identificação dos grupos sociais que mais precisam de orientações financeiras é que se poderá agir em prol de uma sociedade mais equilibrada economicamente, pondo em prática a construção de ações voltadas para a sua instrução nesse setor. A seguir serão discutidos os conceitos e a evolução do debate sobre o papel da educação financeira no cenário econômico-financeiro atual, com argumentos contra e a seu favor, no que diz respeito a seu potencial para evitar futuros desequilíbrios econômicos em nível global.

2.1.1. Educação Financeira x Alfabetização Financeira

Na literatura financeira, a discussão sobre os temas “alfabetização financeira” e “educação financeira” vem conquistando espaço diante da crescente preocupação com o desenvolvimento econômico e social de muitos países, principalmente em virtude das recentes crises financeiras enfrentadas. Ambos surgem como alternativa para solucionar muitos dos problemas financeiros de diferentes nações, a partir da orientação da relação de seus cidadãos com o dinheiro e como esse é gasto.

De acordo com Portrich, Vieira e Kirch (2014), a necessidade crescente de se educar a sociedade atual com relação a suas finanças e o desenvolvimento de programas voltados para esse objetivo, com intuito de estabelecer um cenário econômico mais equilibrado, proporcionou o crescimento de estudos em diferentes países, buscando mensurar o conhecimento de suas populações e sanar lacunas criadas pelo sistema educacional deficitário e o pouco acesso a informações quanto aos serviços bancários. Uma das razões para o debate sobre os referidos temas repousa sobre a diferenciação entre ambos os conceitos e seus objetos de estudo.

Um dos principais problemas relacionados aos construtos de alfabetização financeira e educação financeira é que alguns autores utilizam os termos como se fossem sinônimos, sendo que o primeiro vai muito além do segundo, tratando de aspectos mais complexos. Essa discordância com respeito à definição de ambos é prejudicial para o real entendimento do que consiste em cada um desses termos. (PORTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2014).

Do ponto de vista de Nascimento et al. (2015), mesmo que haja na literatura definições diversas, a essência converge para uma mesma direção: a capacidade do indivíduo de fazer julgamentos bem embasados sobre o uso do seu dinheiro, realizando uma boa gestão do mesmo. Entretanto, a existência de vários métodos e modelos para medição do nível de alfabetização financeira é um problema, por não haver o uso de um único instrumento de medida que atenda aos objetivos dos estudos na área (CHEN; VOLPE, 1998; KLAPPER; LUSARDI; PANOS, 2013; ALVES; SILVA; BRESSAN, 2011).

Enfim, mesmo que não se tenha consenso no uso de uma única metodologia para verificação do nível de alfabetização da população quanto à gestão de seu dinheiro, na literatura recente, os pesquisadores têm adotado ao menos o conceito elaborado pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OECD) que ao criar a Rede Internacional de Educação Financeira (INFE), a definiu como “uma combinação de consciência, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões financeiras sólidas e, finalmente, alcançar o bem estar financeiro individual” (ATKINSON; MESSY, 2011, p.3, tradução nossa).

Portanto, o conceito engloba não apenas um, mas cinco aspectos que devem ser analisados em profundidade, pois está relacionado a elementos e processos complexos inerentes ao ser humano e, como tal, merece atenção por envolver inclusive o importante processo de tomada de decisão, do qual se resultam ações que impactarão não só o presente, mas também o futuro.

Para medir o índice de alfabetização financeira, a OECD/INFE fez questionamentos acerca do conhecimento das pessoas sobre inflação, risco e diversificação de investimentos, interesse e situação financeira, elaborando um total de 19 questões que englobam três dimensões: conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira. Muitos pesquisadores terminam por relacionar alfabetização com conhecimento financeiro, quando o primeiro é de fato muito mais amplo. As pessoas podem possuir um certo nível de conhecimento financeiro, mas só podem ser consideradas alfabetizadas nesse ponto, se forem seguras e hábeis ao usar seu conhecimento nas decisões que toma a respeito de suas finanças (PORTRICH, VIEIRA, CERETTA, 2013).

No mesmo documento em que apresenta os resultados de sua pesquisa, sobre o nível de alfabetização financeira em países membros e não membros da OECD, também é definido o conceito educação financeira, como sendo:

O processo pelo qual os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre produtos e conceitos financeiros; e através de informações, instruções e/ou conselhos objetivos, desenvolvem habilidades e confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos financeiros e oportunidades, para fazer escolhas informadas, saber onde buscar ajuda e tomar outras atitudes eficazes para melhorar sua proteção e bem estar financeiro (ATKINSON; MESSY, 2011, p.3, *tradução nossa*).

No que se refere à definição dada, percebe-se que existe uma restrição no significado de educação financeira, se comparado à natureza mais ampla do conceito de alfabetização financeira, pois no primeiro há um foco sobre o conhecimento mais específico do indivíduo quanto aos produtos financeiros, os conceitos conectados a eles, os riscos e oportunidades que representam e o nível de informação do consumidor desse tipo de serviço quanto à onde buscar auxílio e aconselhamento sobre os mesmos, além das consequências ao adquiri-los.

No que diz respeito à informação, essa merece destaque no conceito de educação financeira, pois como apontam Anderloni e Vandone (2010), consumidores de produtos financeiros devem ter acesso à informação de forma transparente, pois só poderão tomar decisões acertadas sobre um produto disponível no mercado financeiro, por exemplo, se os dados disponíveis sobre ele estiverem claros, corretos e compreensíveis. Somente assim se evitará que os consumidores incorram em dívidas, inadimplência ou percam capital. Para o Banco Central do Brasil, “a educação financeira é o meio de prover os conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades (BRASIL,2013, p.8).”

Portanto, como visto até este ponto, quando se analisam ambos os construtos, percebe-se que a alfabetização engloba dentro de si todos esses aspectos da educação financeira, considerando não apenas o fator conhecimento, mas outros já citados anteriormente. Esta diferenciação entre ambos é importante, pois como foi visto não constituem um só conceito, pelo contrário, se interligam permitindo que um diálogo seja estabelecido para uma compreensão mais profunda acerca do processo de aprendizagem e das dificuldades de absorção dos construtos presentes no âmbito financeiro, por parte de grande parte da população mundial.

No presente estudo, como se pretende verificar o nível de conhecimento do produto “crédito consignado” oferecido por bancos e suas correspondentes bancárias, a pesquisa será realizada sob o enfoque na Educação Financeira dos indivíduos que adquiriram esse tipo de serviço, com a pretensão de verificar a base de conhecimento existente do que consiste e quais as vantagens e

desvantagens de se fazer um empréstimo consignado, comparado a outras modalidades de crédito que há no mercado.

2.1.2. Educação Financeira: um debate global

A preocupação com o nível da educação financeira é comum a todos os governos. Em cenários de crise, fica ainda mais clara a necessidade de investir nesta área, movimentando órgãos públicos e privados na tentativa de educar os consumidores sobre serviços e produtos financeiros disponíveis e a melhor forma de utilizá-los. Com o aumento da complexidade e avanço tecnológico contínuo neste setor é preciso que, para a segurança de quem utiliza os seus produtos e para a economia, a qual reflete os resultados da movimentação do mercado no índices de desenvolvimento social e econômico de uma nação, é urgente o avanço no oferecimento e disponibilidade de informações sobre tudo o que envolve a administração e uso de capital.

Para Savoia, Saito e Santana (2007) foram três os fatores responsáveis por mudanças de cunho econômico e sociopolítico mundial que despertaram o interesse para o tema da educação financeira: a globalização, o desenvolvimento tecnológico e alterações regulatórias e institucionais de natureza neoliberal, o que fez com que o Estado diminuísse seu papel regulatório e paternalista diante da sociedade, forçando-a ter uma atitude mais ativa na gestão de suas finanças pessoais. Entretanto, essas mudanças foram responsáveis por um novo desafio sobre o qual muitos países tiveram que sobrepor: preparar a sua população para uma nova era na economia.

Desse modo, Savoia, Saito e Santana (2007) em seu estudo sobre os principais programas direcionados para o oferecimento de educação financeira no cenário internacional e nacional e sua evolução, destacaram os Estados Unidos e o Reino Unido como os detentores do maior número de pesquisas realizadas sobre o assunto. Ambos os países estão na vanguarda do desenvolvimento de programas e métodos para instruir sua população, principalmente nos níveis educacionais básicos e universitário, embora tenha sido apontado a falta de um olhar mais cuidadoso também para a fração adulta da população. Outros países como Canadá, Austrália e Nova Zelândia e parte da Europa e América Latina também possuíam um processo de educação financeira em um status mais avançado se comparado a outros.

Nos Estados Unidos, especificamente, os programas de educação financeira que já existem desde a década de 80, tem como principal exemplo o Fundo Nacional de Educação Financeira

(*National Endowment for Financial Education/ NEFE*), responsável por lançar um programa de planejamento financeiro para alunos do ensino médio de todos os 50 estados do país. Em 1995, foi criada a *Jump Start for personal financial literacy* (Coalizão Jump Start para a alfabetização financeira pessoal) que reuniu diferentes organizações da sociedade americana com objetivos voltados para a medição da alfabetização financeira dos estudantes, promoção da educação financeira e desenvolvimento do conhecimento e habilidades financeiras em crianças e jovens. Em anos posteriores, o próprio governo americano junto com o congresso se envolveu nesse processo e criou por meio da lei, a comissão de educação e literacia financeira em 2003 para assegurar o acesso ao conhecimento financeiro para todos os cidadãos (SILVA, POWELL, 2016).

No que diz respeito ao Reino Unido, a educação financeira é oferecida como disciplina facultativa em suas escolas. Organizações não governamentais como a *Financial Conduct Authority* (FCA), um regulador de conduta de cerca de 58 mil empresas de serviço financeiro e de mercados financeiros, defendem que esses devem ser honestos, igualitários e efetivos, assegurando a proteção de seus consumidores e das empresas que o compõem, garantindo um ambiente de competição saudável a todos (FCA, 2016). Quanto a sua função na campanha pelo acesso à educação voltada para as finanças, a organização não governamental tem como objetivo em seus programas, a capacitação da população para que façam escolhas seguras e efetivas no âmbito financeiro.

Quanto às iniciativas educacionais nos demais países, Buaes (2011) cita a Espanha, país que realiza programas de capacitação de professores para que tratem do tema da alfabetização financeira com os alunos, como esse mesmo título. Israel e Jamaica também figuram como nações que planejavam inserir a educação financeira nas escolas em todos os níveis de ensino. Há destaque para ações de empresas de cartão de crédito como a MasterCard, a qual instituiu o programa “consumo consciente”, com o objetivo de auxiliar os usuários com questões como gerenciamento de capital e o uso de produtos eletrônicos fornecidos pela rede, considerando-se que cada vez mais as empresas levam para o ambiente virtual as suas operações, em busca de redução de custos.

Dessa forma, as iniciativas voltadas com o objetivo de capacitar indivíduos de diferentes faixas etárias envolveram a participação de instituições financeiras, governamentais e do terceiro setor, com a criação de projetos e ações educacionais, a partir do oferecimento de cursos, palestras e mudanças nas grades curriculares de escolas e cursos superiores, na tentativa de diminuir os impactos negativos da desconhecimento de premissas e conceitos básicos financeiros. Essas ações

ocorreram também nos demais países que se adiantaram na promoção do acesso à alfabetização e educação financeira para seus cidadãos. (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Do mesmo modo, sobre o cenário descrito, afirma Buaes (2011, p. 26):

No final do século XX, forças combinadas do processo global de integração econômica e crises financeiras impulsionaram a reestruturação de empresas financeiras e reformas na regulação dos mercados de serviços financeiros. Uma semelhança marcante em vários países é a emergência de novas recomendações de governos nacionais, para educar os consumidores

Nesse contexto, segundo Buaes (2011), destaca-se a OECD, instituição internacional que se solidificou em 1961 e que conta atualmente com 35 países membros, com a missão de “promover políticas que melhorem o bem estar econômico e social das pessoas ao redor do mundo (OECD, 2018)”, realizando pesquisas voltadas para o desenvolvimento econômico, alfabetização e educação financeira.

A organização defende ações voltadas para o investimento e consequente desenvolvimento de políticas educacionais que empoderem os consumidores, fornecendo-lhes informações detalhadas e precisas no campo das finanças pessoais e instruindo-os quanto às decisões de investimento, planos de previdência, planejamento, poupança, risco de endividamento e o acesso ao conhecimento nas áreas de matemática e economia, adequando-se ao perfil de cada grupo social.

As instituições financeiras, como bancos e cartões de crédito, também devem participar ativamente como responsáveis por certificar-se de que seus clientes tenham acesso e compreendam as informações oferecidas sobre os seus serviços financeiros, especialmente se acarretarem em consequências relevantes a longo prazo. Portanto, a educação financeira deve ser livre de interesses privados, adequadas à realidade e necessidade de cada país, constituindo-se como um processo contínuo que acompanhe a evolução do mercado e das informações disponíveis (BUAES, 2011).

De acordo com a OECD, a educação financeira é um instrumento importante para o crescimento e a estabilidade econômica de um país, por isso participa ativamente de ações que a fomentam e a encorajam, se preocupando com os meios utilizados para a sua distribuição. A organização produz artigos e divulga o relatório de estudos focados na importância dessa temática, propondo ações para que haja um maior engajamento e efetividade dos programas elaborados pelos governos de países membros e não-membros, no entendimento de que o acesso à informação, a

capacitação e o empoderamento dos indivíduos são necessários para o desenvolvimento sadio da economia.

2.1.3. A Educação financeira no Brasil

Quando se compara o nível de evolução da educação financeira no Brasil ao de outros países, ainda há muito por fazer para se alcançar um parâmetro desejável de qualidade de quantidade de programas e ações nessa área, de acordo com Savoia, Saito e Santana (2007). Esses mesmos autores, ao discutirem o tema no Brasil, mencionam o longo período de inflação pré-plano Real e após o mesmo, um período de estabilização financeira e abertura de mercado consequentemente contribuiu para uma evolução do sistema financeiro brasileiro, transformando-o de maneira tal que culminou em uma maior complexidade dos produtos financeiros, o que demandou uma necessidade de oferecimento de informações mais claras e atualizadas sobre eles e um conhecimento maior dos indivíduos para ter acesso às novas possibilidades de crédito, poupança, previdência, entre outros.

Entretanto, desde a década de 90 até os anos 2000, os autores encontraram iniciativas as quais, em número, ainda eram insuficientes para suprir a demanda por conhecimento no ramo das finanças da população brasileira. No levantamento dos programas realizados por órgãos governamentais, instituições financeiras e de ensino, associações e mídia, Savoia, Saito e Santana (2007) haviam encontrado pouca atuação das universidades brasileiras no desenvolvimento de ações voltadas não apenas para os alunos, como também para a sociedade e o Ministério da Educação e Cultura não obrigava a presença da educação financeira na grade curricular de ensino, mas orientava para que fosse inserida em caráter multidisciplinar, focando em temas como defesa do consumidor, finanças pessoais e orçamento familiar.

No que diz respeito aos órgãos governamentais e instituições financeiras, os autores expressavam preocupação com a superficialidade das ações e programas voltados para o público adulto e ações educacionais para crianças e jovens que não atendiam às necessidades desses de modo satisfatório. A maioria dos órgãos públicos e empresas privadas, como cartões de crédito e bancos, disponibilizavam apenas cartilhas on-line, palestras e cursos, voltados para finanças pessoais, previdência, investimentos e demais produtos financeiros. Portanto os autores sentiam

falta de medidas mais enérgicas e efetivas dessas organizações na promoção da educação financeira.

Entretanto, foi ainda no ano de 2007 que, preocupado com incluir o país na rota do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para educação financeira, o governo brasileiro criou o COREMEC (Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização) que reúne os quatro reguladores do Sistema Financeiro Nacional: Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) (BRASIL, 2016).

Esse órgão formou um grupo de trabalho, integrando organizações governamentais com o objetivo de propor uma estratégia nacional de educação financeira em um momento em que por um período de crescimento social e econômico e a sociedade com alteração significativa em aspectos demográficos, como o rápido envelhecimento da população, o aumento da expectativa de vida que criaram impacto no consumo, aquisição de poupança e investimentos. Por isso, havia a preocupação crescente com o nível e qualidade da educação financeira oferecida e em dezembro de 2010, por meio do decreto presidencial Decreto Presidencial nº 7.3977, foi estabelecida formalmente a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), criando-se também o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)², com o objetivo de coordenar a execução da ENEF (BRASIL, 2016).

A ENEF possui três públicos-alvo: crianças, jovens e adultos e, através de uma gestão centrada e de ações descentralizadas, por meio parcerias com agentes públicos e privados, propõe uma multiplicidade de ações objetivando a propagação de conhecimento em finanças pessoais, prevenção contra o endividamento, orçamento familiar e pessoal e outros assuntos envolvendo a educação financeira (BRASIL, 2016).

Um projeto piloto desenvolvido por essa iniciativa do governo em escolas públicas do ensino fundamental dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Tocantins, Ceará e Distrito Federal, buscou avaliar a educação financeira dos estudantes e “incluiu 891 escolas voluntárias, treinou 1.200 professores e atingiu 27.000 alunos com idades entre 14 a 17 anos. Entre

² Informações sobre os membros componentes da CONEF disponível em <<https://www.bcb.gov.br/pre/pef/PORT/enef.asp>>

maio de 2010 e dezembro de 2011, escolas foram divididas em grupos de controle e de tratamento (BRASIL, 2016, p.16).”

O primeiro grupo recebeu material e aulas sobre educação financeira, enquanto que o segundo não. Após o período de pesquisa foi constatado que os alunos do primeiro grupo desenvolveram comportamentos, atitudes e aprofundaram o conhecimento financeiro de forma que passaram a ter mais noção do uso do consciente do dinheiro e levaram o aprendizado para o ambiente familiar. Os resultados apenas corroboraram para a relevância de projetos como esse na busca por mudanças positivas no comportamento de consumidores e futuros consumidores dos serviços de instituições financeiras.

Todavia, Buaes (2011) argumenta que é necessário atenção para dois aspectos da educação financeira: as formas e intencionalidade das ações e projetos existentes. Isso porque segundo a autora, há uma crescente participação na promoção da educação financeira por parte de órgãos governamentais e não governamentais, instituições financeiras, órgãos de defesa do consumidor e entidades civis. Todo esse interesse desperta a desconfiança no real motivo para uma campanha ostensiva, pois há duas perspectivas: o de uma educação financeira que vise a proteção e empoderamento do consumidor e outra que busca nada mais que retirar do estado a responsabilidade pela regulação e fiscalização das instituições bancárias, por exemplo, transferindo-a para a população.

Portanto, de acordo com Buaes (2011, p.39):

[...]precisamos perguntar pela intencionalidade dessas ações. Quem promove? Com quais interesses? Quais os discursos são produzidos por meio da prática? Quais os interesses econômicos e políticos implícitos nos órgãos e instituições que incentivam e patrocinam as intervenções?

Tais questionamentos são interessantes no sentido de que é preciso aprofundar a discussão sobre o tema tratado neste tópico, considerando-se o atual cenário de crise pelo qual o país atravessa e que põe em maior risco social as pessoas de baixa renda. Além disso, há muito o que ser feito com respeito ao aprimoramento das ações já existente no Brasil, como apontam pesquisas mais recentes. Em 2015, o Banco Central, em parceria com o Ibope e o Serasa *Experian*, realizou uma pesquisa sobre as competências financeiras dos brasileiros, usando como modelo o material de pesquisa realizado pela OECD/INFE e constatou que os brasileiros não possuem o hábito de poupar e não se planejam financeiramente (BRASIL, 2017).

No mesmo ano, uma outra pesquisa realizada pela divisão de ratings e pesquisa da Standard & Poor's³ classificou o Brasil em 74º lugar em um ranking global que mede a educação financeira de 144 países, ficando atrás de alguns dos países mais pobres do mundo, o que indica que os atuais programas precisam ser reavaliados e os esforços devem ser redobrados para mudar este quadro.

2.2. PLANEJAMENTO FINANCEIRO:

2.2.1. A importância do Planejamento Financeiro

O planejamento das finanças, seja pessoal ou familiar, é indispensável para o indivíduo, pois em vistas do risco do frequente apelo ao consumo pela mídia e pressão social, da facilidade de obtenção de créditos e do pouco conhecimento financeiro dos brasileiros, especificamente, todos esses elementos resultam em situações de endividamento (CAMPOS; SARRES; GAIOTTO, 2017). Por essa razão, o planejamento financeiro deve configurar-se como ferramenta importante para o equilíbrio das despesas familiares e deve-se ter objetivos, metas e planos claros para que se tenha sucesso em sua elaboração e posterior acompanhamento e controle.

Conforme Busetti (2012), o planejamento deve ter um propósito claro e considerar a aposentadoria e a propensão ao risco do núcleo familiar, quando se considera os gastos de cada membro e o impacto de um eventual descontrole financeiro, devendo o risco ser bem definido com a intenção de direcionar esforços para realizar investimentos futuros. Ainda segundo o autor, para que o planejamento resulte em uma gestão financeira eficaz, características como flexibilidade para se adequar a imprevistos financeiros, autocontrole, disciplina e força de vontade são essenciais para o indivíduo responsável por sua construção.

Busetti (2012) adaptou os fundamentos apresentados por Zdanowicz (2004) com relação ao Planejamento financeiro empresarial, para um no âmbito pessoal, apresentados abaixo e que devem nortear um bom planejamento financeiro pessoal e familiar:

- **Envolvimento:** um dos elementos fundamentais, pois o indivíduo irá elaborar o planejamento com base em seus valores, princípios, expectativas e visões pessoais.

³ YAZBEK, Patrícia. Brasil é o 74º em ranking global de educação financeira: Teste avaliou o nível de educação financeira de 144 países; com taxa de acerto de 35%, o Brasil ficou atrás de alguns dos países mais pobres do mundo.1.Disponível em:<https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/brasil-eo-74o-em-ranking-global-de-educacao-financeira/>.Acesso em: 15 maio 2018.

- Adaptação: relacionado com a elaboração de um orçamento compatível com o conjunto de gastos familiares ou pessoais e com a realidade financeira e econômica enfrentada.
- Contabilidade por áreas de responsabilidade: separação das despesas e receitas, categorizando-as em grupos como gastos com alimentação, transporte, saúde.
- Orientação para objetivos: para que o controle financeiro seja eficaz e eficiente, os objetivos devem ser claros e realistas para que possam ser atingidos de fato; a elaboração de metas também é preciso, com as mesmas características dos objetivos, evitando frustração e o não alcance de ambos.
- Comunicação eficaz: A elaboração de uma ferramenta de controle financeiro didática e de fácil utilização é imprescindível para o sucesso do planejamento.
- Realismo: refere-se aos objetivos e metas, os quais devem possuir um grau de dificuldade que desafie e motive o indivíduo a alcançá-los.
- Flexibilidade: o orçamento deve servir como base para assegurar a tomada de decisões de modo racional e passível de modificações de acordo com a evolução da gestão financeira.
- Controle: este deve ser feito regularmente, acompanhando as ações de impacto positivo, para que sejam sempre aplicadas e as de resultados negativos, evitando-se a repetição de sua prática. O orçamento deve ser sempre alimentado e retroalimentado com as informações adquiridas ao final de cada período acompanhamento.

Desse modo, ao seguir esses fundamentos e suas recomendações e engajando-se todos que fazem parte da estrutura familiar a fazê-lo, há chances maiores de sucesso no cumprimento dos objetivos e metas propostos, resultando em um maior controle e alcance de equilíbrio financeiro. Portanto, ter ciência da real situação financeira atual é importante para dar os primeiros passos rumo a um planejamento financeiro viável. De fato, os autores Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008), em artigo sobre planejamento financeiro e qualidade de vida, defendem que através do planejamento as famílias podem adequar seus rendimentos de acordo com suas reais necessidades, além de poder acompanhar melhor os seus gastos, eliminando aqueles de carácter supérfluo e planejar futuros investimentos, evitando dívidas e realizando seus objetivos de vida.

Assim, o planejamento financeiro exige o estabelecimento de metas inclusive para consumo realistas, já que, para que haja equilíbrio como também o sucesso financeiro, é preciso o controle das receitas e despesas. De acordo com Santos e Silva (2014, p. 8): “Quando existe controle financeiro, mesmo com uma renda não muito alta é possível ter boa qualidade de vida”.

Um dos componentes importantes do planejamento é o orçamento, o qual auxiliará no alcance das metas construídas. No tópico a seguir será abordado a relação entre ambos e a sua relevância.

2.2.2 Planejamento financeiro e orçamento familiar

O orçamento é um instrumento do planejamento financeiro que auxilia no alcance de seus objetivos e metas. O orçamento doméstico é definido por Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008) como uma planilha onde são anotados e acompanhados todos os gastos e despesas de uma pessoa ou família, incluindo as variáveis e os considerados irrisórios, permitindo uma visão geral dos hábitos financeiros e econômicos do indivíduo ou grupo familiar. Da mesma forma, Leal e Nascimento (2012) definem orçamento como sendo específico para cada pessoa ou família, pois o mesmo irá “rastrear” os seus recursos e identificar as “categorias” dos gastos.

Para esses autores, o maior problema está no fato de que as pessoas não possuem o hábito de anotar e controlar os seus gastos, inclusive os considerados diários como “refeições, presentes, “doações a pedintes”, estacionamento” (LEAL, NASCIMENTO, 2012, p. 178). Quando o indivíduo elabora um orçamento, deve fornecer todas as informações possíveis sobre quaisquer gastos realizados ao longo de um período, verificando se suas receitas e despesas se equilibram. Os principais objetivos do orçamento devem incluir, assim, a viabilidade de análise de variáveis que podem causar impacto no alcance dos objetivos definidos a curto, médio ou longo prazo, diante da decisão do consumo de um bem ou investimento e o estabelecimento de padrões pelos quais os resultados informados pelo acompanhamento de receitas e despesas sejam controlados e possam ser comparados ao que foi projetado pela família ou indivíduo (BITENCOURT, 2004).

No entanto, a tarefa de elaboração de um orçamento e o seu controle pode não ser fácil, pois deve envolver a todos os membros de um grupo familiar, além do compromisso e disciplina pessoal para que seja cumprido. De acordo com Gamba et al (2017, p.130), “o planejamento

financeiro possibilita ao cidadão ou família adequar suas rendas às suas necessidades, e, por isso, é fundamental o envolvimento de todos que estão sujeitos ao mesmo orçamento, no sentido de terem noções de valores e estabelecerem metas, prioridades e prazos para a realização dos sonhos”.

Relacionado à necessidade de elaboração do orçamento doméstico está a importância do controle financeiro. Em estudo sobre como as famílias de classe média no Brasil fazem a sua gestão financeira, Miotto e Parente (2015) analisaram a influência de características pessoais de 165 consumidoras de classe média baixa de uma empresa varejista em São Paulo no gerenciamento das finanças domésticas, observando fatores como autocontrole, preferência por crédito e propensão para planejar e associando-os a aspectos sociodemográficos como idade, ciclo de vida e nível educacional.

De acordo com os autores, a relação entre esses elementos (características pessoais e aspectos sociodemográficos) impactam na gestão financeira doméstica composto por dois fenômenos: orçamento mental e gestão financeira, que podem resultar em ações de poupança ou negligência financeira. O conceito de orçamento mental ou “mental budget” foi desenvolvido por Thaler (1985) e é definido como: “o sistema - às vezes implícito - que famílias usam para avaliar, regular e administrar o seu orçamento doméstico (THALER; SUSTEIN, 2009, p. 53. APUD MIOTTO; PARENTE, 2015, p. 3, *tradução nossa*)”.

Portanto, o modo como as famílias organizam suas finanças pode auxiliar no desenvolvimento de uma percepção maior e real de sua atual situação financeira, evitando consequências financeiras indesejadas. Os resultados encontrados através das análises realizadas por Miotto e Parente (2015) esclarecem que muitas mulheres fazem o controle das despesas familiares de um modo ou de outro, mas poucas realizam um planejamento financeiro. Muitas faziam uso do cartão de crédito e passaram por dificuldades financeiras em razão da falta de planejamento e de um orçamento pré-determinado. Os eventos inesperados como doenças, por exemplo, também exigiram um gasto além do previsto e a dificuldade de poupar dinheiro também foi um dos problemas enfrentados pelas participantes da pesquisa.

O que o estudo evidencia é a necessidade de se reeducar os consumidores para que possam administrar melhor a sua renda e promover a alfabetização financeira, para que possam aprender a planejar as suas despesas de modo que essas não sejam maiores que sua receita e compreendam a importância de envolver toda a família no processo de planejamento e orçamento financeiro. Demais estudos realizados sobre o tema (BATISTELLA, 2014; GAMBA et al, 2017; BARBOSA;

SILVA; PEDRO, 2014; CAMPOS; SARRES; GAIOTTO, 2017) também mostram que ainda faltam esforços no setor público, como no privado, para orientar e educar a população a organizar-se financeiramente, consumir com responsabilidade e não comprometer o orçamento.

2.2.3. Orçamento, consumo e endividamento

Até meados dos anos 80, o Brasil enfrentava um momento de instabilidade econômico-financeira, consequência pelo crescente aumento da inflação norte americana, com uma hiperinflação que chegou a mais de 100% no ano de 1981, inibindo o crescimento do país e afetando o consumo dos brasileiros. O plano Real, criado em 1994, foi considerado um sucesso após sucessivos planos de estabilização econômica (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I/II), por conseguir no seu período inicial de implantação, equilibrar a situação cambial e a inflação. O Plano Real se apoiou em dois pilares: a reforma fiscal e monetária. Embora o governo brasileiro colocasse a culpa da situação econômica brasileira nos altos gastos públicos de governos anteriores, o mais provável é que a situação da economia externa, após duas crises consecutivas do petróleo (1973-79) e da alta de juros no EUA em meados da década de 80, o que aumentou a dívida externa do Brasil, tenham contribuído para a crise nesse mesmo período no país. (PIRES, 2012).

Como efeito do equilíbrio trazido inicialmente pelo novo plano econômico nos anos 90, alcançou-se a estabilização da inflação, a volta do crescimento econômico, pelo menos nos três primeiros anos do novo plano, e de acordo com Batistella (2014, p.11): “Essa melhora no cenário econômico possibilitou reduções nas taxas de juros, reduções e isenções em impostos, aumento do crédito, dentre outros fatores que contribuem para a expansão do consumo”. Esse novo cenário econômico possibilitou um aumento do consumo de massa, estimulado por uma maior facilidade na aquisição de crédito e pela política de juros menos agressiva, o que possibilitou a participação da classe C como o mais novo perfil de classe consumidora no país (BATISTELLA, 2014).

Embora desde a implantação do Plano Real até os dias atuais o Brasil tenha passado por momentos de crise (crises cambiais em 1999, 2001 e 2002 no governo FHC e em 2008 no governo Lula) que abalaram os cenários político e econômico do país, é seguro afirmar que a sociedade brasileira passou por inúmeras transformações e reconfigurações em sua estrutura social, principalmente no governo de Luís Inácio Lula da Silva (PIRES, 2012). No ano de 2012, já no governo de Dilma Rousseff, 20% da população da classe baixa havia migrado para a classe média,

a qual formava na época 53% da população brasileira (BRASIL, 2012) e com a política do governo da época, de incentivar a tomada de crédito e do consumo dos brasileiros aquecendo assim a economia, refletiu na saúde financeira dos brasileiros.

Com relação a facilidade de crédito e o consumo, Campos, Sarres e Gaiotto (2017) ao pesquisarem sobre o comportamento financeiro e orçamentário de famílias da classe C da cidade de Maringá, no Paraná, consideraram que essas duas variáveis juntas são responsáveis pelo endividamento de muitas famílias brasileiras, pois financiamentos, créditos consignados e cartões de crédito estão entre as possibilidades de obtenção de crédito que foram facilitados pelo governo, para o consumidor brasileiro. Quando se depara com essa ampla gama de produtos e serviços ofertados pelo mercado, o qual oferece múltiplas formas de pagamento, o indivíduo pode ser influenciado facilmente a consumir mais do que a sua renda permite. Na cidade estudada verificou-se que a elaboração de um planejamento e de um orçamento familiar foram benéficos para o controle do consumo e prevenção ao endividamento:

[...] 63,5% realizam planejamentos financeiros para suas famílias; 59,6% não gastam mais do que recebem; 67,3% não se endividam constantemente com cartões de crédito; 63,5% realizam alguma forma de aplicação e/ou investimento; e 55,8% atentam-se aos prazos de pagamento para evitar juros e demais encargos provenientes de atrasos. [...] (CAMPOS; SARRES; GAIOTTO, 2017, p.9)

Os resultados apurados confirmam que ter responsabilidade com o uso dos cartões de crédito e resistir aos apelos do consumo são importantes para que o indivíduo tenha a possibilidade de direcionar uma parte da renda para poupança ou investimentos, de forma a estar preparado para eventuais emergências. O mesmo cenário não foi visto por Santos e Silva (2014), que ao estudarem a relação entre planejamento financeiro e endividamento familiar nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe.

É interessante notar que nessa pesquisa, foi perguntado aos respondentes se já haviam ouvido sobre educação financeira, e em ambas as cidades o percentual de resposta negativa foi considerado alto (40,77% na cidade de Sergipe e 52,31% na cidade da Bahia). O desconhecimento da população sobre o tema e suas consequências foram perceptíveis nos resultados obtidos a população das duas cidades fazia algum tipo de controle financeiro, principalmente por meio de anotações em caderneta (41,54% em Sergipe e 36,92% na Bahia).

Apesar desse controle, mesmo que simples, na Bahia 33,85% dos respondentes possuíam de 40% a 60% da renda comprometida em comparação com Sergipe, onde a maioria dos

respondentes (26,15%) possuíam de 20% a 40% da renda comprometida. De fato, os baianos se declararam em sua maioria endividados, enquanto que os sergipanos estavam mais equilibrados com relação à renda. Entretanto, em ambos os estados, o orçamento das famílias estava comprometido com gastos com alimentação, seguido de despesas com uso do cartão de crédito e a aquisição de empréstimos.

Os números apresentados mostram que técnicas de educação financeira poderiam ser de grande auxílio na prevenção ao endividamento das famílias estudadas, para conscientizá-las sobre o uso mais regrado do cartão de crédito, organizar melhor o orçamento para direcionar os gastos com alimentação e outros itens de necessidade e pesquisar sobre as diversas oportunidades de empréstimo, com atenção as taxas praticadas, para que não sacrifiquem sua renda.

Ainda com respeito aos gastos domésticos, a sondagem e planejamento do orçamento, Barbosa, Silva e Prado (2014) ao buscarem a opinião do consumidor do pontal do triângulo mineiro sobre orçamento e planejamento doméstico, questionaram aos participantes da pesquisa, 206 pessoas no total, se tinham um planejamento dos gastos mensais e se o seguiam à risca. A maioria, um total de 165 pessoas (80,1%), responderam que sim, entretanto para verificar a coerência das respostas foram questionados se haviam feito alguma compra por impulso e 108 pessoas (52,4%) confirmaram esse comportamento de compra. Os resultados mostraram que havia uma incoerência com o informado pelos respondentes com o que de fato praticavam em suas finanças no dia a dia.

A maior parte da renda das pessoas pesquisadas eram destinadas para gastos correntes como alimentação, roupas e calçados, combustível e contas de luz, telefone, entre outros. Dois dados que se destacam na pesquisa também merecem menção: o primeiro refere-se aos compromissos financeiros dos respondentes, como empréstimos, gastos com cartões de crédito e financiamentos. Verificou-se que a maioria das pessoas (65,1%) possuíam gastos com cartão de crédito, seguido de cartões de loja (41,8%) e empréstimos bancários (23,5%). O segundo diz respeito a quem os respondentes recorriam quando a renda não cobria as suas despesas.

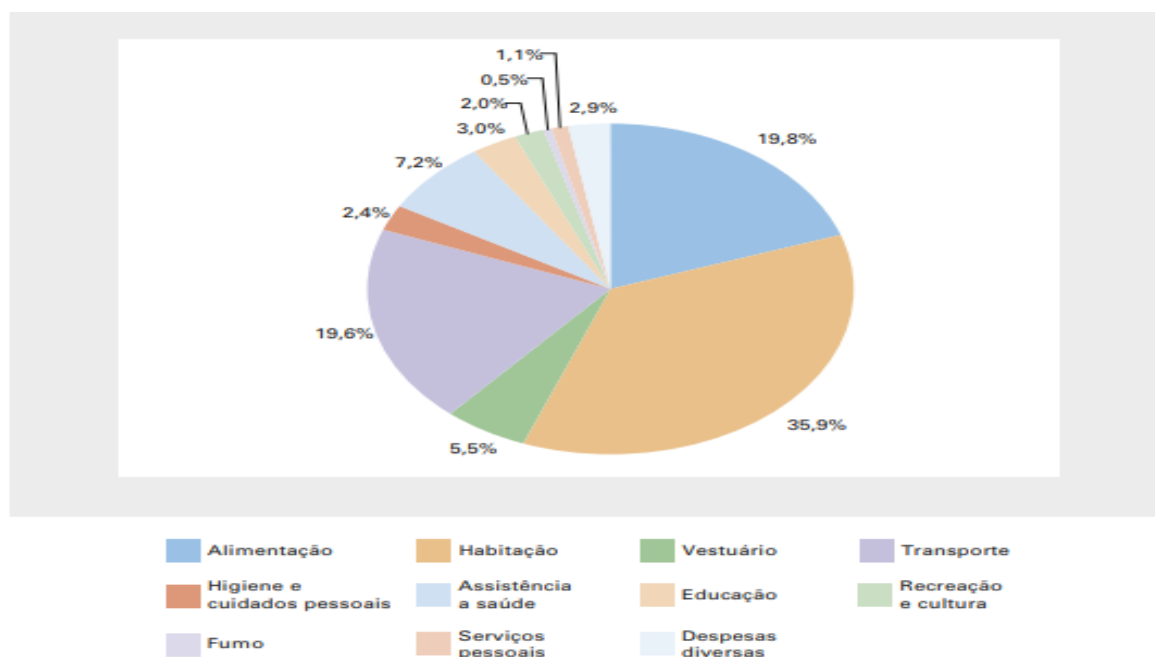
Dessa forma, dentre as opções assinaladas estão: a tomada de empréstimo com amigos e familiares (12,1%), o não pagamento de alguma conta (9%) ou o não pagamento de impostos ou alguma dívida (6,5%). A opção por empréstimos em financeiras ou bancos aparece logo em seguida (6,2%). Pode-se perceber, portanto, que a maior parte dos cidadãos embora tenham informado fazer um planejamento dos gastos não o seguem de fato, pois incorrem em compras impulsivas, utilizam em demasia cartões de crédito e gastam com itens supérfluos, o que indica um comportamento de

consumo que não é saudável para o orçamento da família. Além disso, as opções escolhidas para auxílio no caso de não cumprimento das obrigações demonstram que a inadimplência dos cidadãos é um fato (BARBOSA; SILVA; PRADO, 2014).

Portanto, o que os estudos citados demonstram é que a relação entre o planejamento e orçamento familiar com a natureza do consumo das famílias brasileiras e o seu endividamento é algo que precisa ser discutido, objetivando uma evolução no nível de educação financeira dos consumidores brasileiros, principalmente nas regiões do país onde há desequilíbrio entre renda e consumo. Duas pesquisas importantes embasam os resultados apresentados pelos diferentes autores até aqui discutidos: a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC Nacional).

A última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo governo no período 2008-2009 retratou as despesas correntes das famílias brasileiras e já verificava que os gastos com habitação e alimentação e transporte sacrificavam grande parte do orçamento, a distribuição das despesas de consumo são apresentadas na Figura 1.

Figura 1: Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesa, -Brasil – Período 2008-2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

De acordo com os dados do POF, houve, em comparação com pesquisas realizadas em períodos anteriores (2002-2003 e 1974-1975), um crescimento com relação às despesas habitação, alimentação, transporte, vestuário e educação. Como a POF é realizada a cada 6 ou sete anos pelo IBGE e ainda não há dados atualizados sobre o consumo atual do brasileiro, dados recentes sobre o endividamento podem confirmar que o crescimento com relação às despesas irá continuar. A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC Nacional) apurada mensalmente pela CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) mostra que, em abril de 2018, houve uma queda do percentual das famílias com dívidas e com contas e dívidas em atraso. Entretanto o percentual de famílias que relatou não ter condições de pagar suas contas em atraso aumentou tanto em comparação com o mês, como com o ano anterior: Os resultados são apresentados abaixo:

Figura 2: Percentual das famílias endividadas

Síntese dos Resultados			
	Total de Endividados	Dívidas ou Contas em Atraso	Não Terão Condições de Pagar
abr/17	62,1%	25,4%	10,2%
mar/18	61,2%	25,2%	10,0%
abr/18	60,2%	25,0%	10,3%

Fonte: CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo). Abril, 2018.

Um dos fatores considerado responsável pela redução dos percentuais de dívida foi a redução da taxa de juros. Mas o relatório alerta para o pessimismo das famílias em, no futuro, poder pagar as dívidas existentes e o desemprego é um elemento preocupante que impacta na capacidade de pagamento dos grupos familiares pesquisados. De certo modo, quando se analisam os percentuais, a queda do número de endividados se dá de forma pouco expressiva, o que ocorre com o percentual de pessoas que se declararam endividadas, que aumentou 0,1% de março para abril, chegando a 14,2% do total de famílias. Comparado com o mês de abril de 2017, houve queda de

0,7 ponto percentual no número de famílias endividadas. Essas informações podem ser observadas na Figura abaixo:

Figura 3: Tipo de dívida (% de famílias)

Tipo de dívida (% de famílias)			
Abril de 2018			
Tipo	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de crédito	76,1%	76,8%	73,2%
Cheque especial	6,1%	5,3%	9,5%
Cheque pré-datado	1,1%	0,8%	2,4%
Crédito consignado	5,7%	5,1%	7,8%
Crédito pessoal	10,4%	9,8%	12,5%
Carnês	16,5%	17,8%	10,2%
Financiamento de carro	10,2%	8,3%	19,2%
Financiamento de casa	8,4%	6,7%	16,2%
Outras dívidas	3,3%	3,8%	0,9%
Não sabe	0,2%	0,2%	0,1%
Não respondeu	0,1%	0,1%	0,2%

Fonte: CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo). Abril, 2018.

Observa-se na Figura 3 que o cartão de crédito, como esperado, aparece como principal origem de dívidas dos cidadãos brasileiros. Ainda, em comparação com outros tipos de dívida, o percentual expressivo de 76,1% mostra que, assim como indicam as demais pesquisas relacionadas ao endividamento familiar, é evidente a necessidade de educar a população sobre crédito, consumo e planejamento financeiro, além de outras questões relacionadas à gestão financeira pessoal e familiar. Da mesma forma que o governo e as empresas buscam incentivar o consumo na tentativa de reaquecer a economia, é preciso que sejam responsáveis por desenvolver programas e ferramentas que orientem a população a um consumo mais consciente e sadio, devendo incentivar a inclusão da Educação Financeira desde a educação básica, formando indivíduos conscientes com a gestão de suas finanças, criando bons pagadores e não convertendo-os em futuros devedores (PRADO, 2015).

Desse modo, após todos os tópicos apresentados, é possível perceber a necessidade premente em, especificamente na realidade brasileira e em especial para o público idoso de baixa renda, haver um maior esforço por parte do governo em fornecer à população, projetos mais eficientes de alfabetização e educação financeira, em virtude das dificuldades enfrentadas por muitos brasileiros, em alcançar o equilíbrio financeiro. Somando-se à essa realidade o atual cenário econômico do país, o qual se encontra em um momento delicado, a instrução e fornecimento de

informações da importância da realização um planejamento e controle do orçamento da renda familiar é essencial para proteger a parcela mais carente e vulnerável da sociedade.

Na próxima seção, será abordada a metodologia utilizada para a realização do estudo dos impactos do empréstimo consignado em folha no orçamento familiar dos aposentados e pensionistas do INSS da cidade de João Pessoa, e o tratamento dedicado aos dados obtidos a partir do material colhido em entrevista com o público citado.

3 METODOLOGIA

Conforme Gil (2002), a metodologia da pesquisa refere-se à descrição dos procedimentos que deverão ser seguidos para que a pesquisa seja realizada, informando aspectos ligados a elementos que constituem toda a estruturação, elaboração e realização da pesquisa, importantes para a garantir sua viabilidade e sucesso. A pesquisa é, portanto, “desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos” (GIL, 2002, p.17).

De acordo com o autor, a metodologia deve conter informações sobre o tipo de pesquisa, esclarecendo a sua natureza e o tipo de delineamento adotado; da população e amostra da pesquisa, compondo o as características e dimensão do universo e da amostra estudada; as informações sobre a coleta de dados, com dados sobre os instrumentos e as técnicas que serão utilizadas pelo pesquisador e, por fim, a análise dos dados que deverá conter quais os procedimentos adotados pelo pesquisador para analisar os resultados obtidos durante a pesquisa.

Portanto, esse tópico tem o objetivo de informar os procedimentos de pesquisa que nortearão esse trabalho de conclusão de curso, respeitando os passos orientadores para a obtenção de dados que contribuam positivamente para os seus objetivos.

3.1 TIPOS DE PESQUISA

O presente estudo possui uma abordagem qualitativa, a qual, de acordo com Godoy (1995, p.21):

[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes.

Dessa forma, com o intuito de compreender aspectos importantes da motivação do público alvo da pesquisa a ser realizada em obter um crédito financeiro e entendendo que esta decisão envolve não apenas o fator econômico, mas o social, diante da subjetividade das relações humanas e sua relação com o dinheiro, compreender os diversos pontos de vista dos aposentados e pensionistas sobre as vantagens e desvantagens do empréstimo consignado no contexto familiar é crucial para esse trabalho.

Com base em seus objetivos, a pesquisa se caracterizou como descritiva e exploratória. As pesquisas descritivas têm como objetivo principal descrever as características de seu objeto de estudo, como também busca estabelecer relações entre as variáveis existentes em um dado fenômeno (GIL, 2002). Dessa forma, neste trabalho a compreensão sobre o atual perfil socioeconômico e aspectos culturais relacionados a consumo e educação será um dos objetivos visados, identificando as principais características do público estudado.

Constituiu-se também como uma pesquisa exploratória, pois “estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideia ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p.41). Portanto, ao objetivar a verificação do impacto dos empréstimos obtidos por folha de pagamento de pensões e benefícios, no orçamento de famílias da cidade de João Pessoa, o atual estudo objetivou descobrir como os idosos e pensionistas do INSS do município citado lidam com esse tipo de opção de crédito e suas consequências nas finanças familiares.

3.2 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada na cidade de João Pessoa, cidade que de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) , em seu último censo realizado em 2010, possuía uma população de 723.515 e um número estimado 811.598 pessoas para o ano de 2017, com um PIB per capita de R\$ 23.169,14 e um IDH de 0,763 (IBGE, 2010).

O número de idosos na cidade de João Pessoa à época do censo, contava com cerca de 29.000 idosos, a maioria na faixa dos 60 a 64 anos (1,4%) e que obteve um significativo aumento desde então, chegando a cerca de 117 mil pessoas com idade acima de 60 anos, cerca de 14,5% do número total da população, segundo cálculos do primeiro trimestre de 2017 do IBGE (IPMjp⁴, 2017) . Quanto aos pensionistas, não foi possível encontrar informações ou dados mais específicos de residentes na cidade de João Pessoa, porém em documento disponível no site governamental da Previdência Social, somente no estado da Paraíba, em março de 2018 foram cedidos 8.912

⁴ Instituto de previdência do município de João Pessoa. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeitura-de-joao-pessoa-promove-servicos-gratuitos-para-terceira-idade/>>. Acesso em: 18/05/2018.

benefícios entre aposentadorias e pensões, totalizando R\$ 10.165.910 reais pagos pela previdência no estado no período citado⁵.

Dentro do universo apresentado, o presente estudo abordou os aposentados e pensionistas do INSS que recorreram ao crédito consignado em algum momento da vida, identificando a finalidade do crédito consignado tomado, a percepção do impacto desses empréstimos no orçamento familiar, o nível de conhecimento desse público sobre as operações realizadas, além de verificar se os idosos e pensionistas do órgão citado possuem algum conhecimento sobre educação financeira e como o nível desse conhecimento influenciou no gerenciamento das finanças familiares e na tomada de crédito consignado. Durante a pesquisa, também pretendeu-se obter informações sobre o perfil do público pesquisado incluindo a idade, gênero, estado civil e número de dependentes, pois são dados essenciais para compreender o background familiar, uma categoria importante que é utilizada para a compreensão do processo de tomada de decisão de crédito (SOUZA; MORETTO, 2014).

O número de entrevistas não foi pré-fixado inicialmente, pois pretendeu-se fazer uma identificação do perfil necessário para a realização da pesquisa, de modo que não houvesse interferência nos dados e informações que foram colhidas.

3.3 PROCEDIMENTOS E COLETA DE DADOS

Toda pesquisa utiliza-se de diferentes técnicas para atingir os seus propósitos e implica, entre outras coisas, em levantamento de dados de várias fontes, em busca de fornecer uma base de informações importantes já existentes sobre determinado tema que se pretende compreender, de determinado campo de interesse (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Os dados podem ser primários ou secundários. Com relação aos primários são aqueles “coletados ou produzidos pelo pesquisador com a finalidade específica de resolver o problema de pesquisa” (MALHOTRA, 2012, p.36). Enquanto que os secundários “consistem em informações que já foram coletadas e podem ser relevantes para o problema a ser resolvido” (MCDANIELS; GATES, 2005, p.23)

⁵ Informações disponíveis em: [http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia -social/](http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-social/). Acesso em 18/05/2018

O presente estudo utilizou-se, em sua primeira fase, da pesquisa bibliográfica para coleta de dados secundários, a qual envolve todo o tipo de publicação relacionada com o tema pesquisado, desde livros a artigos e monografias, incluindo meios de comunicação oral, o que permite que o pesquisador tenha contato direto com tudo o que já foi falado sobre o tema e, a partir desse material, explore melhor ou mais profundamente os questionamentos e problemas abordados em estudos anteriores (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Em sua segunda fase, para a obtenção de novos dados foi realizada a pesquisa de campo, a qual busca de informações sobre um problema na tentativa de respostas sobre o mesmo, ou a elaboração de uma ou mais hipóteses que podem ser verdadeiras ou não ao final, ou descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (MARCONI; LAKATOS, 2003). Com ela pretendeu-se compreender os principais fenômenos envolvendo a obtenção de crédito consignado, analisando as variáveis presentes na pesquisa.

A pesquisa de campo realizada possuiu caráter exploratório, utilizando-se como instrumento um roteiro semiestruturado de entrevistas, para obtenção de dados primários, cujo principal objetivo é o acesso às informações, opiniões e visão do entrevistado acerca de um determinado problema (MARCONI; LAKATOS, 2003). Dessa forma, pretendeu-se ter acesso às percepções únicas dos entrevistados sobre o tema proposto. O levantamento dos dados ocorreu por amostragem não-probabilística e intencional, que de acordo com Gil (2002, p. 145) é aquela “em que os indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes, mostra-se mais adequada para a obtenção de dados de natureza qualitativa”.

Participaram da pesquisa oito indivíduos, entre aposentados e pensionistas do INSS, abordados em agências bancárias localizadas no centro de João Pessoa, sendo as entrevistas realizadas no período entre agosto e setembro de 2018, com o auxílio de um gravador, por meio de expressa permissão dos participantes.

O roteiro foi organizado em três etapas que buscaram responder os objetivos específicos norteadores do estudo, sendo o primeiro focado para os aspectos sociodemográficos, o segundo para noções em educação financeira e o terceiro, referente às consequências e percepções sobre o empréstimo consignado contratado pelos respondentes. Foram, ao todo, 28 questões dispostas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Roteiro de Entrevista

Etapas do roteiro	Questões abordadas
Perfil sociodemográfico	1.O senhor /A senhora, é aposentado ou pensionista do INSS?
	2.A quanto tempo é Aposentado/Pensionista?
	3.Qual a sua Idade?
	4.Qual a sua renda familiar?
	5.Qual o valor do benefício que você recebe, em número de salário mínimo?
	6.Mora em imóvel próprio, cedido ou alugado?
	7.Com divide a sua residência? (esposo (a)/parentes*)
	8.Possui alguma renda além da pensão/aposentadoria?
Noções de Educação Financeira	14.Como conheceu o empréstimo consignado?
	15.Quantas vezes já precisou recorrer ao crédito consignado?
	16.O que o(a) levou a pedir empréstimo?
	17.Ao recorrer a um empréstimo, costuma realizar ou realizou pesquisas quanto as taxas aplicadas, os prazos, formas de pagamento e termos do contrato assinado?
	18.Por qual banco ou bancos foi ou foram feitos os seus empréstimos últimos empréstimos?
	19.Em quais prazos ou prazo foi feito ou foram feitos esses empréstimos?
	20.Você saberia informar quais os valores das parcelas de seu último empréstimo?
	21.você considera que foi bem informado das condições do(s) empréstimo(s) realizado(s)?
Percepções e consequências do Empréstimo Consignado	09.Você considera que a sua renda familiar supre as suas despesas? Porquê?
	10.A família elabora um orçamento para controle de rendimento e das despesas mensais?
	11.Você considera que possui um orçamento doméstico equilibrado atualmente?
	12.Quais despesas acredita que colabora para o maior comprometimento do seu orçamento?
	13.Para você quais as principais consequências de um orçamento doméstico desequilibrado?
	16.O que o(a) levou a pedir empréstimo?
	16.1. Se sentiu pressionado(a) a pedir um empréstimo?
	22.Após o início do desconto das parcelas no seu benefício, teve que fazer cortes no orçamento ou atrasou alguma conta?
	25.Você modificou seu modo de gerir a sua renda familiar e pessoal após a contratação desses /desse empréstimo?
	26.Caso passasse por nova crise financeira, recorreria novamente a um empréstimo ou buscaria outro modo de resolver a situação? Por quê?

3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise e interpretação dos dados coletados foi realizada pela análise de conteúdo das entrevistas coletadas por meio de gravação do conteúdo transcrito ao final da pesquisa. Segundo Mozatto e Grzybovski (2011, p.4), “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados”.

Esse método de análise vem sendo utilizado nos estudos voltados para a área de administração de maneira crescente e quando é escolhida como procedimento de análise mais adequado, deve-se ter em mente que os dados estando presentes em forma de texto, são de mesmo modo dados apresentados de forma bruta que necessitam um trabalho minucioso de tratamento e de interpretação, devendo ser trabalhados por meio de uma técnica apropriada (MOZATTO; GRZYBOVSKI, 2011).

Foi realizada a análise de conteúdo qualitativa das informações extraídas a partir das respostas dos participantes da pesquisa, criando-se categorias para melhor análise do *corpus* textual, colhido com base nas técnicas da análise de conteúdo de Bardin (2006). O processo de análise proposta pela a autora, constitui-se de três fases de acordo com Mozatto e Grzybovsky (2011, p.5): “1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação”.

Partindo-se dessas etapas primárias, foram feitos os recortes das unidades de significado do texto após a análise do mesmo, destacando-se as palavras chaves dos respondentes que possuíam conexão com os objetivos do estudo. Em seguida, a partir dessa primeira etapa, foram estabelecidas as categorias temáticas que nortearam o estudo do conteúdo presente nas falas dos entrevistados utilizando-se como base o roteiro de entrevista, dividido em três blocos interligados aos objetivos propostos.

Desse modo foram identificadas três principais categorias: Contratação de Empréstimo, cujas as principais palavras-chave foram *empréstimo, taxas, prazo, perguntei, contrato*; Finalidade do crédito, onde as principais palavras-chave foram: *ajuda, família, reforma, remédio, aperto*;

Percepção do consignado, cujo as palavras-chave destacadas pelos respondentes foram: *Ruim*, *vício*, *fácil*, *bom*. Cada categoria será explicada de forma mais profunda na seção de análise e discussão dos resultados a seguir.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão realizadas as análises e discussão dos resultados obtidos a partir das oito entrevistas colhidas durante o período da pesquisa, em que, primeiramente, serão expostos os dados referentes ao perfil dos participantes, com indicadores comuns à categoria, como idade, gênero, renda entre outros, importantes para a compreensão de quem são os aposentados e pensionistas do INSS na cidade de João Pessoa que recorrem ao crédito consignado. Em seguida, serão expostos e debatidos as análises e resultados dos dados obtidos a partir das três categorias identificadas na análise temática do *corpus* textual, extraído das entrevistas com os participantes da pesquisa. Essas estarão dispostas em tópicos para melhor compreensão dos determinantes e fatores envolvidos em cada uma, com relação ao empréstimo consignado e suas consequências:

- a) Contratação de Empréstimo: nesta categoria pretende-se verificar as noções de educação financeira dos indivíduos, relacionando-a com as condições em que foram feitos os empréstimos e os dados específicos dos mesmos, como taxa e valor de parcelas, assim como o modo pelo qual o entrevistado conheceu e teve acesso ao consignado.
- b) Finalidade do crédito: esta categoria, também abordada por Souza e Moretto (2014), é importante para determinar as motivações para a contratação do consignado, sua relação com a administração do orçamento doméstico familiar, por parte dos respondentes, e as consequências relacionadas ao mesmo.
- c) Percepção do consignado: na terceira e última categoria busca-se analisar a visão do empréstimo consignado por parte dos tomadores de crédito, analisando o juízo de valor feito acerca do serviço e seu posicionamento quanto ao empréstimo e suas consequências.

Para análise do perfil dos participantes da pesquisa, cada entrevistado foi identificado com a letra E seguido de um número para melhor organização dos dados e manutenção de seu anonimato.

4.1. PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Por meio dessa categoria, buscou-se verificar possíveis diferenças na realização de empréstimos por parte dos respondentes, no tocantes às variáveis dispostas no quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Perfil dos entrevistados

Gênero	Idade	Ocupação	Renda Familiar	Valor Benefício	Moradia	Renda Extra	Divide moradia	Filhos
E1. Masculino	68	Aposentado	4 salários mínimos	2 salários mínimos	Própria	Não	Sim (esposa e filha)	3
E2. Feminino	68	Aposentada	2 salários mínimos	1 salário mínimo	Própria	Sim	Sim (esposo e filha)	3
E3. Feminino	66	Aposentada	1 salário mínimo	1 salário mínimo	Própria	Não	Sim (filha e neto)	4
E4. Feminino	69	Aposentada	2 salários mínimos	2 salários	Própria	Não	Sim(esposo)	3
E5. Masculino	68	Aposentado	4 salários mínimos	2 salários	Própria	Não	Sim(esposa)	3
E6. Feminino	67	Aposentada	2 salários mínimos	1 salário	Própria	Não	Sim (com esposo e neto)	1
E7. Feminino	67	Pensão/ aposent.)	3 salários mínimos	2 salários	Própria	Não	Sim (filha)	3
E8. Feminino	68	Aposentada	2 salários mínimos	1 salário mínimo	Cedido	Não	Sim (esposo e filha)	3

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Com relação ao gênero dos respondentes, a amostra se constitui em maior número de mulheres em comparação com os homens, em um total de 6 (seis) mulheres para o total de 2 (dois) homens que responderam à pesquisa. Embora, de acordo com a Secretaria da Previdência Social (2018), as mulheres figurem como maioria na realização de empréstimo, como retrata o resultado acima, não é possível concluir que essa também seja a realidade da cidade de João Pessoa, em virtude do pequeno universo estudado. No que se refere a faixa etária entre os tomadores de crédito, esta figura-se entre uma média de 66 a 69 anos, o que também mostra conformidade com os dados trazidos anteriormente, acerca da faixa etária média daqueles que recorrem ao empréstimo, entre 60 e 69 anos, atualmente no Brasil. Com relação à ocupação, à exceção de uma respondente que declarou receber, além da aposentadoria, uma pensão, os demais recebem apenas aposentadorias pelo INSS.

Como é possível verificar, não há entre nenhum dos indivíduos participantes, uma pessoa que receba como pensão ou aposentadoria, mais do que dois salários mínimos, convergindo com o dado da Secretaria da Previdência Social (BRASIL, 2018), a qual havia informado que a maioria dos idosos que contrataram empréstimos recebiam apenas um salário mínimo, embora nesta

pesquisa haja um equilíbrio entre aqueles que recebem de um a dois salários. Quanto à questão de moradia, sete entrevistados afirmaram possuir residência própria e apenas um deles reside em moradia cedida por familiares/terceiros.

No que diz respeito à renda familiar média, em sua maioria os entrevistados declararam possuir até dois salários mínimos, ficando o cálculo da média da renda de todos os respondentes aproximadamente em 2,5 salário mínimos de renda familiar fixa. Apenas um dos respondentes afirmou que recebe aposentadoria e pensão em conjunto, como também apenas um deles afirma ter uma renda extra complementar à aposentadoria que recebe. É importante destacar que todos os indivíduos informaram dividir a moradia com parentes, sendo eles filhos ou netos, um fenômeno abordado no estudo de Souza e Moretto (2014), sobre os motivos e razões dos aposentados e pensionistas do INSS para recorrerem ao consignado.

As autoras, ao analisarem a categoria “background familiar” verificaram que muitos dos indivíduos do seu estudo também dividiam a moradia com demais parentes e adquiriram empréstimos para auxiliá-los, sentindo-se “empoderados” quando o faziam. No presente estudo, alguns dos entrevistados também citaram como razão da tomada de crédito, principalmente, o auxílio aos filhos. Adiante, serão discutidas e observadas mais profundamente as relações entre o perfil de entrevistados para a pesquisa e as questões envolvendo as motivações e outros aspectos relacionados à aquisição, características e consequências do empréstimo consignado.

4.2 CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

O empréstimo consignado, desde que foi instituída como modalidade de crédito em 2003, se constituiu como uma das principais alternativas de crédito para aposentados e pensionistas do INSS, alcançando um valor considerável em contratos pagos do tipo desde a sua criação até o ano de 2017, de acordo com a Coordenação Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios (BRASIL, 2017). A partir desse dado é possível perceber a popularização entre o público citado, desse serviço bancário, hoje oferecido pelos principais bancos do país e pelas correspondentes bancárias.

Com efeito, aqueles que fizeram um empréstimo consignado afirmam ter tido conhecimento desse serviço por meio de amigos ou conhecidos:

E6: Eu conheci pelo meu **cunhado**, quando ainda tava no começo essas coisas, entende? Eu nem lembro direito o porquê eu fiz na primeira vez, mas eu lembro que comentei com ele e ele me falou que tinha esse negócio de **empréstimo** que descontava na folha, e que eu podia ir na caixa, que lá fazia.

E7: Eu conheci por uma **vizinha** que me falou que eu podia tirar dinheiro rápido, era só ir nessa representante bancária que tem no centro. Ela disse que o dinheiro saía rápido e que pediam pouca coisa. Aí eu fui lá uma vez e gostei e fiz.

Entretanto, os demais entrevistados destacam o contato direto com bancos ou correspondentes bancárias, por meio de ligações recebidas dessas instituições, ou informações recebidas através dos gerentes dos bancos que frequentam:

E2: Conheci o **empréstimo** consignado com uma **amiga** que tinha uma filha gerente de **banco**. Lá me falou como era e como funcionava, e aí eu me interessei. Me pareceu ser bem fácil pra conseguir dinheiro. Melhor do que pedir, né?

E5: Eu conheci pelos **bancos**. Eles ligam muito minha filha. Tem eles e os “representante bancário”. Ligam demais.

A entrevistada E5 menciona um fato importante: as ligações recebidas de bancos e correspondentes que buscam esse público para alcançar metas internas. A vulnerabilidade desse público é preocupação de Porto (2011, p.119), que aborda a prática por vezes abusiva do repetitivo contato com o consumidor até que consiga a venda/fechamento de um contrato e alerta para o alto número de fraudes das quais o aposentado ou pensionista é vítima.

É por essas irregularidades que ocorrem no meio do consignado que muitos dos entrevistados também alegaram ter sido acompanhados por filhos, em sua maioria, não somente por se julgarem-se leigos no respeito a assuntos financeiros, como também pela segurança que sentiam ao serem acompanhados por alguém de confiança, pela razão de estarem cientes sobre golpes ou fraudes recorrentes nos noticiários. A necessidade de informação sobre o serviço bancário contratado para evitar tais ocorrências é destacada pelos respondentes, os quais julgaram ter sido bem informados sobre os empréstimos adquiridos:

E3: Fui, fui sim. Minha **filha** foi comigo quando precisei tirar um. Porque eu me sinto mais segura, entende? A gente não sabe muita coisa desses “negócio” de banco mas eu fui com ela e ela me ajudou, **perguntou** tudo. Eles foram bem atenciosos, **explicaram** tudo bem explicadinho, porque eu tenho muito medo de fraude. E só tenho a minha aposentadoria. Mas falaram das **taxas**, dos **prazos**, de como ia receber meu dinheiro, como funcionava tudo.

E8: Sim. com certeza. Eles me mostraram tudo e meu **filho** perguntou muita coisa a eles, então acho que isso ajudou, porque eu não entendo muito dessas coisas, eu não ia saber o que perguntar direito.

E4: Olha, informado eu acho que eu sempre fui, sempre. Porque é um banco também sério né? É conhecido. O gerente lá me disse tudo, mostrou tudo. E eu fui com minha **filha** só pra garantir.

Considerando que o conceito de educação financeira da OECD (ATKINSON; MESSY, 2011) que passa pela compreensão dos produtos e conceitos financeiros e o acesso a informações claras e objetivas que permitem os usuários se tornarem mais confiantes e conscientes quanto aos riscos inerentes aos produtos financeiros, pode-se perceber pelas falas dos entrevistados que no tocante ao critério de informação, há confiança nas informações recebidas como taxas, prazos, parcelas e condições de pagamento. Com efeito, todos os participantes souberam informar os prazos e valores, por exemplo, dos últimos empréstimos realizados, predominando o prazo de 72 meses, o máximo permitido aos aposentados e pensionistas do INSS, com parcelas que variavam de R\$ 103,50 a R\$ 300,00 reais, como mostrado no quadro 2 abaixo:

Quadro 3 – Parcelas e prazos dos empréstimos realizados

Q	Parcelas	Prazo	Bancos
E1	R\$ 280,00	72	Olé consignado
E2	R\$ 300,00	72	Bradesco
E3	R\$ 205,00	72	Itaú
E4	R\$ 200,00	72	Bradesco
E5	R\$ 189,00	72	Caixa/BB/Santander
E6	R\$ 113,52	72	Itaú
E7	R\$ 103,50	72	Mercantil do Brasil
E8	R\$ 112,00	72	Itaú

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Analisando a importância do interesse, por parte dos consumidores, pela busca por informações claras a respeito de produtos financeiros defendida pelos autores Anderloni e Vandone (2010), faz-se necessário também destacar a realização de pesquisas prévias acerca do crédito consignado, por grande parte dos respondentes da pesquisa, onde se destacam suas respostas:

E2: Da primeira vez que eu fiz, porque era a primeira vez, eu perguntei tudo sabe? Como era que funcionava, como eram os “**prazo**”, as **taxas**, se eu podia fazer por um banco que

eu confiasse mais. Depois a única coisa que eu me preocupo quando faço é com as taxas, porque é onde a gente acaba pagando mais pelo empréstimo, e muita gente não sabe disso. Os **prazos** eu nem me preocupei, porque sei que vai acabar um dia, mas as **taxas** mudam, então eu me preocupo mais com isso. Sim. Eu sempre perguntei os valores que iam sair, quando iam sair. Eu não sou de ler muito **contrato** porque são tudo igual, mas eu pergunto as **taxas**. As **taxas** que importa porque elas sempre mudam.

E5: Sim, eu **pergunto** tudo, tudo. A gente é desconfiado quando velho, né? Porque tem muito golpe por aí contra a gente. Aí eu **pergunto** tudo. Meu marido disse que eu sou chata, que é falta de educação. Mas eu **pergunto** tudo porque depois quem paga é a gente. Pergunto **taxa**, valor, quando vou receber, vejo **contrato**, vejo tudo.

E7: Olha eu fui com essa minha vizinha e perguntei tudo. Quais os bancos que eu podia fazer, onde eu podia fazer, quando saía o dinheiro, o que eu tinha que assinar. Perguntei como era esse negócio de consignado sabe? Eu achei mais fácil porque a moça lá disse que ia sair no meu contracheque e eu podia acompanhar tudo lá. Dei uma vista lá nos “papel” do contrato. Mas fiquei preocupada mais com as **taxas**. Mas eu perguntei tudo.

Como é possível perceber, apesar da desconfiança, ou por causa dela, os respondentes afirmaram questionar acerca de todas as informações possíveis sobre o serviço, embora também seja papel da instituição financeira fornecer o máximo de informação possível, para que o consumidor possa fazer uma escolha consciente do serviço que contrata. Porto (2014), afirma a corresponsabilidade das instituições financeiras sobre quaisquer consequências negativas que recaiam sobre o consumidor idoso, pela sua vulnerabilidade diante de um serviço que, se não ofertado de modo transparente e responsável, pode contribuir para um maior risco do endividamento desse público em particular. Isso porque, apesar de se declararem bem informados, a compreensão total do que é o crédito consignado e seus aspectos, sejam eles positivos ou negativos, ainda não foi alcançada, pela confiança que depositam em familiares ou terceiros para que os auxiliem na tarefa de entender e se sentir seguro quanto à informação que está sendo transmitida.

É importante observar, também, o fator da compreensão e consciência dos riscos inerentes a operações como essa, os quais não envolvem apenas aspectos de segurança como fraude, mas as consequências futuras que o empréstimo pode trazer para o indivíduo. Hubert (2016) menciona os efeitos da expansão na oferta e demanda de crédito, e os relaciona com o endividamento e o superendividamento de pessoas que não conseguiram administrar bem as finanças pessoais, após a aquisição do empréstimo. Efeito somente sentido por elas após a contratação do mesmo. Quando indagados sobre os impactos do serviço, cinco dos oitos respondentes admitiram considerar negativos os seus efeitos, o que mostra que estão cientes dos riscos que vão além da segurança na operação financeira, mas que, ainda assim, realizam:

E5: Ah, **negativas** com certeza. Porque a gente se **aperta** né? Se aperta. E ganha menos, fica pendurado. Porque é mês viu, minha filha? É muito mês que a gente fica pendurado e depois tem que se **apertar** ou não dá. Fora que **vicia** né? **Vicia**. Se você não tiver cuidado, **vicia** porque eles ligam, ligam e você fica tentado. Eu não sei se é certo o que eles fazem, mas junta a necessidade e a vontade de fazer e você faz. É **negativo** com certeza.

E6: **Negativas**, né? Eu fiz refin, fiz cartão consignado, e isso vicia. Porque a maior armadilha tá na facilidade de pegar aquele dinheiro e gastar. Eu mesmo digo que me viciiei nisso. Eu reconheço. Vivem ligando pra você, oferecendo isso e aquilo, tem a comodidade de eu nem sair de casa pra assinar nada. Então **vicia** né? E **vício** é fogo, você não escapa. Aí o que dá é isso, eu acabo tendo que me apertar, deixar de pagar algumas coisas. Mas ainda é o jeito mais fácil de conseguir dinheiro.

E8: Mulher, eu acho que **negativas**, porque eu confesso que mesmo que ajude no momento que você precisa, porque é fácil, **vicia**. **Vicia** aí você quer ficar fazendo porque tem sempre alguma coisa que você precisa. E fora que eu “tô” recebendo menos do que eu recebia, por causa dos empréstimos como você sabe. Isso é ruim porque o dinheiro fica mais curto.

Sobre a facilidade, destacada nas duas falas, para a contratação do consignado e a sua relação com vício que essa gera, Batistella (2014) alerta para os riscos justamente relacionados com a aquisição de dívidas, pelo descontrole ou uso indiscriminado do crédito, os quais podem causar efeitos nocivos não só no aspecto financeiro, como em outras áreas da vida do indivíduo. Esse discurso é reforçado por Buaes (2011), ao questionar o papel das instituições financeiras sobre o esclarecimento não apenas das suas operações, mas os efeitos sociais e econômicos de seus serviços para o público que adquire os seus produtos, cobrando atitudes mais incisivas com relação ao seu papel na educação financeira de seus consumidores.

Outro aspecto importante é o “aperto” no orçamento relatado pelos entrevistados, causados pelo número de empréstimos feitos, já que a exceção de um, todos os demais respondentes afirmaram ter feito dois ou mais empréstimos consignados, o que suprime ainda mais a renda, como os mesmos destacam. É sobre esse comportamento diante das finanças pessoais que Anderloni e Vandone (2010, p.2), ao estudar aspectos comportamentais e o fenômeno do endividamento e superendividamento relacionando-os à tomada de crédito, defendem um tratamento, pois não apenas a falta de transparência na informação, ou de habilidade de processá-la podem trazer riscos ao consumidor, como também a irresponsabilidade ou visão curta diante de suas ações no futuro podem afetar seu padrão de consumo e seu nível de endividamento, perante suas responsabilidades cotidianas.

Entretanto, quando indagados sobre a possibilidade de recorrer novamente ao crédito consignado em caso de nova dificuldade financeira, os oito entrevistados afirmaram que o fariam, alegando, principalmente, não considerar outras opções:

E5: Sim, porque não tinha outra **alternativa** “pra” conseguir o dinheiro e os juros são bem mais baixos. Não ia **pedir** dinheiro a agiota e também esses outros empréstimos aí não são nada confiáveis. Prefiro fazer os meu nos “banco”.

E7: Sim, foi sim. Porque onde mais eu ia **procurar**? Ali é mais **seguro** né? Pelo menos é banco conhecido, é banco que todo mundo sabe que existe. Esses “empréstimo” de loja é tudo muito alto, e eu não tenho a quem pedir não. Ia pedir a quem? Pelo menos onde eu fui não teve problemas e o dinheiro quando saiu, deu pra pagar o que eu precisava.

É interessante notar que entre todas as opções, mesmo com a desconfiança apontada em outros momentos, os participantes ainda confiam mais nas instituições bancárias. A menção às baixas taxas do consignado também foram apontadas como razão para continuar fazendo os empréstimos, o que demonstra que pela familiaridade com o serviço, de fato se encontrem mais conscientes de pelo menos alguns aspectos envolvendo o consignado no momento.

4.3. FINALIDADE DO CRÉDITO

Porto (2014) em seu estudo sobre a evolução do crédito e endividamento e superendividamento do aposentado e pensionista do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), ao discutir a vulnerabilidade do consumidor idoso, aponta para o fato de que a maioria dos que recorrem a este tipo de crédito o fazem pela hipossuficiência financeira, visto que grande parte receber o valor de um salário mínimo como benefício, e muito de seu rendimento é gasto com medicamentos ou em auxílio para a família. Este uso do crédito termina por configurar-se como uma complementação da renda para os fins citados ou direcionados às necessidades que surgem no dia a dia, como se verifica na fala dos entrevistados abaixo:

E1: Meu **salário**, é [...] é baixo. Então eu tive que fazer para conseguir pagar uma geladeira aqui pra casa, uns “móvel”, e da última vez foi pra **ajudar** minha filha que ia ter menino. Então eu **precisei** fazer o empréstimo “pra” conseguir ajudar, sabe?

E3: Ah, um aperto danado. Uma vez foi que ela (filha) foi assaltada, aí levaram o ordenado do mês todinho. A outra vez foi num período que eu “tava” muito sufocada e criança de 15 anos, é uma criança ainda, aí quer sair no desfile do colégio, essas coisas todas, aí a gente tem que gastar. **Ajudar** o pai né? Porque o pai já manda um pouquinho, paga o boleto, já manda as coisas pra ele. E com a maior dificuldade, mas Deus proverá.

E5: O que me levou? Problemas de **saúde** e umas duas vezes foi **reforma** que a gente precisava fazer na cozinha, porque um cano estourou por dentro da parede. E depois tivemos que dar um jeito na fiação da casa, porque “tava” muito antiga, “vixe”, foi muito dinheiro.

E7: Filha, o que me levou uma vez foi quando o menino foi morar lá com a gente, e que tive que fazer uma pequena **reforma** na casa, porque ela é pequena, aí tive que fazer um “puxadinho”. Depois foi pra **remédio** porque o dinheiro ficou apertado e eu não tinha mais de onde tirar e acabei fazendo.

Diante da fala dos entrevistados, percebe-se que o consignado surge como uma alternativa financeira para eventuais gastos emergenciais, como problemas de saúde e o gasto com remédios, citados pelos entrevistados E5 e E7 e reformas não planejadas, assim como situações adversas com as quais os participantes foram obrigados a lidar, como foi o caso da entrevistada E3, cuja a filha teve todo o ordenado levado em um assalto. Mas também, destaca-se o uso do crédito para adquirir bens duráveis como informa o entrevistado E1 e que se repetiu na fala de outros participantes da pesquisa. A contratação do crédito para ajuda a familiares, principalmente os filhos, foi recorrente na fala de todos os participantes, sem exceção.

Dessa forma, os motivos expostos pelos entrevistados e o destino dado ao dinheiro adquirido pelo empréstimo, corroboram com os resultados da pesquisa realizada por Souza e Moratto (2014), que também verificaram como principais motivos para a busca pelo empréstimo consignado por idosos da cidade de Não-me-toque, no Rio Grande do Sul, questões de saúde, situações emergenciais que envolveram principalmente a família, como problemas financeiros enfrentados por filhos ou demais parentes, entre outros. Hubert (2016) também menciona em seus resultados sobre o endividamento e superendividamento de idosos aposentados do INSS na cidade de Porto Alegre, fatores como problemas de saúde, desemprego e demais fatores recorrentes do cotidiano como principais razões para que muitos buscassem recorrer ao consignado.

Portanto pode-se perceber um padrão comum, independente de região, nos motivos pelos quais o público idoso procure essa alternativa de crédito, quando se analisa principalmente o seu entorno familiar. Souza e Moratto (2014), abordam, por exemplo, o fato de que muitos idosos não terem se declarado pressionados por parentes para fazer um empréstimo consignado, embora perceberam que havia uma sensação de empoderamento por poder ajudar a um familiar com o dinheiro conseguido. A preocupação por pressão familiar na hora do empréstimo é válida, pois como afirmam não apenas as autoras (SOUZA; MORATTO, 2011, p. 81), a Secretaria de Especial

de Direitos Humanos, contava com campanha contra a violência sofrida pelo idoso, alertada também por Nóbrega (2011) que aborda casos de abuso familiar contra idosos que contam apenas com o seu benefício e são forçados a fazer empréstimos para familiares.

Nesse tocante, todos os entrevistados nessa pesquisa declararam não terem se sentido pressionados por parentes, confirmando possuir autonomia na sua decisão, ainda que muitos afirmaram como motivos para tanto, a ajuda a filhos e netos:

E1: Querida, eu não me **senti** não. Assim, eu fiz porque eu precisava, porque minha **família** precisava. **Família** é a base de tudo, né não? Então eu faço tudo pela minha. Pode ser que tenha gente que ache que minhas filhas que tão pedindo. Mas eu faço porque eu quero.

E2: Eu fiz pra mim mesma, e também para ajudar os **parentes**, mas não me senti **pressionada** em nenhuma vez, sabe? Eu fiz pra ajudar mesmo. É um sobrinho que tá precisando de ajuda “pra” pagar as “conta”. A filha que precisa de ajuda pra fazer uma viagem, ou tá precisando de um móvel pra casa, aí eu gosto de fazer pra ajudar.

E5: Não. Foi **decisão** minha fazer os empréstimos que eu fiz. Claro que falei com meu marido antes, ele não gosta dessas coisas de empréstimos, ele não faz. Mas até ele concordou algumas vezes que a gente devia fazer. Teve vezes que nem disse a ele, só depois. Mas eu que quis, ninguém me **pressionou** não.

A fala da entrevistada E2 denota certa satisfação em fazer o consignado ao mencionar gostar de ajudar a família, o que pode ser justificado pela mesma sensação de empoderamento ao ser capaz de auxiliar com o dinheiro adquirido. Entretanto, houve aqueles que citaram o pedido pela realização do empréstimo por parentes e pôde-se perceber, no conteúdo das falas, certa resistência a princípio, pelo fato de citarem a “obrigação” em ajudar diante da relação de parentesco como citado antes por outros entrevistados:

E6: Olha, minha esposa falou muito comigo das últimas vezes que era melhor a gente fazer, mas eu não me senti **pressionado**. Quer dizer, a gente tem que ajudar a **família**, e tem vezes que a gente tá precisando de coisa. O consignado é mais fácil e rápido pra conseguir dinheiro. Então eu fiz.

E8: Dá primeira vez eu não queria fazer. Mas meu filho pediu ajuda, então o que eu ia fazer? Eu não ia dizer não “pra” ele. Mas depois eu não fui **pressionada** por ninguém não. Eu “tava” precisando e fiz. É o meu dinheiro, então eu tenho direito, “né” isso? Mas **pressionada** eu não fui não.

De qualquer modo, todos os participantes afirmaram recorrer mais de uma vez ao empréstimo consignado, à exceção de uma que fez outra operação fora do consignado. Esse consumo repetitivo desse tipo de crédito evidenciado pelo crescente números de empréstimos dessa

modalidade divulgados pela Coordenação Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios, tem consequências no padrão de consumo e no orçamento dos aposentados e pensionistas do INSS, visto que, como alertam Duarte e Campos (2014), cria-se a ilusão de que o crédito consignado gera um aumento da renda, mesmo que momentânea, mas que não é real. Quando se considera que, além da ajuda dada aos familiares e emergências ligadas à saúde, há a contratação desse tipo de crédito para aquisição de bens como eletrodomésticos, por exemplo, nota-se a falta de compreensão dos riscos reais por trás dos juros existentes nessas operações que são retiradas diretamente da única renda que a maioria declara ter: a aposentadoria ou pensão.

Retorna-se aqui a questão de olhar para o consignado como um complemento de renda, com o agravante de que poucos de fato fazem o controle e planejamento da mesma, a partir de um planejamento e orçamento familiar bem estruturado. Conforme assinala Campos, Sarres e Gaiotto (2017) o planejamento financeiro é indispensável para o indivíduo que deseje manter um equilíbrio das despesas familiares, com objetivos claros e definidos por prazos alcançáveis, devendo reunir toda a família em um compromisso de manter o controle entre despesas e receitas. Uma das ferramentas mais utilizadas é o orçamento, que segundo Leal e Nascimento (2012), ajuda a “rastrear” os recursos e identificar a “categoria” dos gastos da pessoa ou família, porém os autores afirmam que o problema reside no fato de que as pessoas não possuem o hábito de controlar os seus gastos.

No que diz respeito ao planejamento ou realização de orçamento por parte dos entrevistados, há a unanimidade de não haver nenhum controle quanto a esse aspecto:

E1: Com certeza não. Nem **tento** fazer isso porque sempre aparece alguns **gastos** que eu nem pensava que ia ter. Remédio pra neto, pro marido, ou quebra alguma coisa aqui em casa que tenho que **gastar**. Eu até **tento** no começo do ano, mas desisto logo porque “num” tem jeito.

E4: Que nada, minha filha, eu quando posso que tenho que ajudar, tem como não. A gente não tem **tempo**, na correria das coisas. Eu até queria sentar e fazer as **contas** das coisas, mas não tem como, você fica ocupada demais com tanta coisa pra resolver.

E5: Não. Não “fazemo” nada. E pra quê né? Porque a gente se **organiza**, se **organiza**, mas sempre aparece alguma coisa, um gasto, né minha filha? Não tem como a gente se **organizar**. E eu sei que seria melhor se a gente anotasse as coisas, mas não tem como a gente **anotar** tudo que **gasta** ou a gente fica louco.

De acordo com as falas dos entrevistados E1, E4 e E5, verifica-se que a ausência de um orçamento é justificada pela falta de tempo e elaborar e realizar um e pela natureza emergenciais

dos gastos, o que faz com que muitos desistam de anotar e acompanhá-los periodicamente, ainda que a respondente E5 confesse saber que seria melhor para ela se houvesse um maior controle do seu dinheiro. Mioto e Parente (2015) também verificaram os gastos “emergenciais” como um dos fatores que levaram a muitas mulheres na cidade de São Paulo, a ir além de seu orçamento, adquirindo dívidas.

Por sua vez, o respondente E6 aponta para o fato de que, muitas vezes, gasta conforme as necessidades do dia “vão aparecendo”:

E6: Não, não fazemos nada. Muitas vezes eu saio **gastando** conforme as necessidades vão aparecendo. O único momento que a gente tenta se **organizar** aqui pro mês é no final de ano. Porque tem natal né? Ano novo, aí a gente vê o que pode comprar, onde vai comprar, quanto vai **gastar**, essas coisas. E preço varia muito em supermercado pra fazer a feira “pra” ceia de natal, então a gente pesquisa, coloca tudo no papel direitinho e vê. Mas tirando esse mês, os outros a gente vai **gastando** e pedindo a Deus “pra” fechar as contas no final do mês.

Esse é o padrão de comportamento de muitos brasileiros, na administração de sua renda, o que é abordado por Santos e Silva (2014), que ao estudarem a relação entre planejamento financeiro e endividamento familiar nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe, e constatarem que a maioria da população também não utilizavam nenhum método de controle financeiro, tendo grande parte de sua renda comprometida. Também na cidade de João Pessoa, a grande parte dos participantes declarou acreditar não possuir um orçamento equilibrado:

E4: Minha filha, não é **equilibrado** porque eu pago plano de saúde, eu tenho que pagar as contas da casa, fazer feira, comprar remédio quando preciso... é muita coisa pra pouco dinheiro. A gente tem que fazer mágica.

E5: Não, porque eu sei que nem eu nem ele controla nada. E as vezes eu tenho que pedir empréstimo “pra” essas emergências de saúde, por exemplo. Porque a gente é velho né? E a gente gasta muito com remédio, tem plano de saúde. Plano mesmo que barato, mas sai caro né? Porque somos só nós dois, mas somos dois velhos. Então se eu peço empréstimo é porque não tenho mais dinheiro. E se não tenho mais dinheiro é porque não tem nada **equilibrado** não. Eu sonho com isso sabe? Mas não dá ainda não.

E6: Não. Veja, eu não tenho como porque eu sei que eu não planejo nada, não controlo nada, entende? Eu sei o meu saldo na conta no final do mês eu sei os meus descontos na folha. A gente tenta se segurar aqui e ali, vai segurando as pontas, mas eu não tenho como ter um **orçamento** organizadinho. No dia a dia é difícil você se manter **organizado**. É gasto demais com muita coisa e sempre aparece alguma coisa que não ajuda, só atrapalha. E tem os empréstimos que eu fiz, que não ajudam. Porque eu sei que por causa das taxas eu “tô” pagando muito mais nos empréstimos do que eu “tô” recebendo. Eu sei.

Os respondentes E5 e E6, reconhecem que o fato de não controlarem as finanças impactam no orçamento desequilibrado da família, o que confirma relação entre a falta de um controle adequado das finanças com o consequente desequilíbrio no orçamento. O entrevistado E6 afirma ainda saber que os empréstimos contribuem para que o orçamento seja prejudicado, dizendo que “segura as pontas” para conseguir chegar ao final do mês com algum saldo. Dentre os principais responsáveis pelo comprometimento da renda dos residentes de João Pessoa que participaram da pesquisa, os gastos com alimentação figuraram como principal “vilão” do orçamento familiar:

E2: Gasto muito com as contas do **supermercado**, com a energia da casa e com **remédios**. Sou diabética e tem **remédio** que o governo dá, mas tem outros que tenho que pagar do meu dinheiro mesmo, sabe? Eu queria que tivesse uma ajuda maior do governo nisso, mas por enquanto eu me viro.

E4: O que eu gasto mais é com carne, **alimentação, comida** tá cara. Por exemplo, eu faço a **feira** esse mês, só que dá cada vez sempre mais, e aí eu diminuo as coisas, diminuo, mas não tem como. E aí você vai tentando sobreviver porque do jeito que tá tá um absurdo. Feijão, cebola, leite, essas coisas tão variando muito, “tá” parecendo com aquelas crise antiga, época de Collor, inflação... Tudo desse povo é inflação né? A gente que paga.

Esses relatos confirmam dados da última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo governo no período 2008-2009, onde 19,8 % dos gastos familiares provinham da alimentação, enquanto que gastos com saúde chegavam a um percentual de 7,2 %. Barbosa, Silva e Prado (2014), também em sua pesquisa no triângulo mineiro, sobre a opinião dos moradores da região acerca de orçamento e planejamento doméstico, constataram a alimentação como maior responsável pelo comprometimento da renda. Os gastos com remédios também foram apontados como um dos maiores responsáveis, como citado pela entrevistada E5 e reforçado em falas anteriores pelos demais:

E5: As despesas são mais com a **saúde**. Com plano de saúde e medicamento. Porque ele é diabético, tem problema nos rins. Eu gasto muito com isso. O governo dá alguns “**remédio**”, mas não é o suficiente. Depois vem **comida, alimentação**. Os preços vêm aumentando muito né? Mas você não pode deixar de comer nem de tomar **remédio**, porque é isso ou morrer. Aí meu dinheiro e o dele é “pra” isso, só “pra” isso mesmo. Aí tem energia, tem luz, gás. Ah, minha filha, é muita coisa. Só sabe quem passa.

Por essa razão, seis dos oito entrevistados afirmaram que não consideram que a sua renda supra as despesas mensais, diante do pouco que recebem de benefício e considerando o número de empréstimos que possuem, o que compromete ainda mais a sua renda, como já mencionado antes, como pode ser constatado nas falas dos entrevistados abaixo:

E4: Não, de jeito nenhum. Só vivo pendurada no **empréstimo** por isso. Porque não tem outro jeito né? As coisas vão aumentando, a gente precisa **pagar** as contas, comer, e tá muito caro as coisas.

E7: Nada minha filha. Não **supre** não. Porque quem é que vive com um salário mínimo só? É muito pouco pra eu e meu marido, porque a gente tem muita coisa pra **pagar**, tem meu neto que mora com a gente porque é brigado com os pais. Minha filha abandonou o filho e nós que cuidamos dele. Aí tem material de escola pra pagar, é luz, internet. A gente não tem plano de saúde. Meu marido é cardíaco. Sabe quanto custa remédio pra coração? É caro minha filha. Aí tem feita, porque comida “tá” cara, tu sabe? É muito gasto com gás, com água. Não tem como o meu **dinheiro** e o dele dar conta.

Esse despreparo e falta de planejamento financeiro faz com que as pessoas terminem por recorrer ao empréstimo para conseguir resolver as “emergências” do dia a dia. A partir do momento que não controlam e acompanham os gastos, elas não possuem uma visão real da atual situação financeira em que se encontram. Isso pode ser observado na fala da entrevistada E2 e E5, as únicas que declararam que a renda supria os gastos mensais:

E2: Eu acho que sim, porque eu consigo pagar minhas **contas** no fim do **mês** sem fazer dívida. De vez em quando é que acontece algum imprevisto, mas aí eu tento tirar de um canto, de outro, até eu conseguir pagar o que devo direitinho, mas depende também do mês. Nem sempre “tá” tudo no azul, mas geralmente eu gasto mais no final do ano mesmo. Ceia de natal, presente, depois tem ano novo, sabe como é? Então depende do momento.

E5: **Supre**, porque somos só eu e meu marido, por isso nosso **gasto** não são muito altos, só procuro **empréstimo** em caso extremo de saúde ou quando precisamos fazer alguma reforma na casa. Ele não gosta de fazer empréstimo então faço no meu nome. Às vezes a gente se aperta um pouco, pra ajudar um filho ou outro de vez em quando. Mas todo mundo se ajuda um pouco mesmo quando falta dinheiro de vez em quando.

Como pode-se perceber, mesmo que as participantes tenham declarado não atrasar muito, ou conseguir pagar as contas no final do mês, o fato de que também admitem que “se apertam” ou pedem dinheiro a pessoas ou parentes, demonstra contradição no que dizem, pois verifica-se que sua renda de fato não é capaz de suprir com tudo o que necessitam, fazendo com que recorram a outras formas de conseguir capital para tanto. Essa falta de noção da real situação financeira mostra que o fato de não acompanharem os seus gastos de forma devida dá ao indivíduo uma sensação errônea de controle sobre a sua renda. É o que Barbosa, Silva e Prado (2014) constataram em sua pesquisa quando indagaram sobre o controle e planejamento financeiro por parte dos moradores do triângulo mineiro, em que 80,1% confirmou controlar os gastos de alguma forma, mas 52,4% se contradizem quanto a esse controle, quando afirmaram ter um comportamento de compra impulsivo periodicamente.

Dessa forma, como Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2008), advertem, o planejamento financeiro configura-se como elemento importante para que as pessoas possam ter uma qualidade de vida, e defendem que as famílias, através de um bom planejamento financeiro, consigam adequar os seus rendimentos às suas necessidades. É por meio dele que poderão acompanhar as despesas e receitas recebidas, evitando gastos com coisas supérfluas e futuras dívidas.

Quando se menciona temas como a qualidade de vida, foi possível verificar na fala dos entrevistados o impacto negativo de um orçamento desequilibrado, justamente no padrão de vida que todos afirmaram desejar ter, mas que pela situação financeira na qual se encontravam, não podiam concretizar:

E3: Mulher, porque a gente não pode **viver**, porque tudo que a gente quer... Uma coisinha melhor que eu queira, medicamento, um médico melhor que a gente quer ir. Tem que tirar, apertar pra comprar medicação. Essas coisas assim que me **aperreio** mais. A gente não pode... É... Idoso, quando a gente recebe esse dinheiro, que a gente ganha pode nem pagar um plano de saúde, mulher. É o mais caro. O pai do menino paga um, é 155 reais, agora esse mês veio 178. É, ele paga. Se eu fosse pagar? Já tirava esse dinheiro do orçamento.

E5: Minha filha, eu acho que é isso. Você não **vive**. Você só paga conta e mais conta. Eu queria poder fazer outras coisas com meu dinheiro, com o dele. Passear, sabe? Aproveitar a vida um pouco porque a gente trabalha muito e tá velho. Mas a gente não tem direito de nada. Pelo menos a gente paga as contas direitinho. Mas é só isso, sabe? Não dá pra **viver**.

E7: Dívida. Dívida né? E além do mais você fica “**aperreado**”, você não dorme porque fica **preocupado** se vai fechar as “contas”. Você perde o sono. E depois, você fica preso, não pode fazer o que quiser, sair, comprar o que precisa sem se **preocupar**. Meu neto “tava” pedindo um jogo lá, de computador sabe? Mas é caro essas coisas. Não posso comprar pra ele. Eu queria comprar, mas não posso. O ruim é isso. Você sem dinheiro não pode comprar o que quer. Isso é muito ruim.

Desse modo, as preocupações com as obrigações financeiras apresentam-se como um dos principais fatores que não permitem aos aposentados e pensionistas uma vida mais tranquila com respeito às finanças e que inevitavelmente impactam também nas condições em que essas pessoas vivem e na sua perspectiva de futuro, a partir do momento que admitem descontentamento com a impossibilidade de realizarem simples desejos como viagens ou passeios com a família. As dívidas as quais apenas a entrevistada E7 menciona também figuram como uma das principais consequências do descontrole financeiro gerado pela má administração da renda.

Ainda que os respondentes da pesquisa não tenham feito menção a dívidas existentes, os relatos das dificuldades e as queixas pela baixa renda que recebem, somadas as necessidades do dia a dia e o auxílio a filhos desempregados ou que também não possuem renda suficiente para suprir as próprias despesas, sugerem a dificuldade em manter não apenas as suas contas em dia, já

que também dão conta das necessidades financeiras de outros. Não à toa o percentual de famílias endividadas em abril de 2018, segundo pesquisa do CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), chegava a 60,2%, onde 25% declarava ter dívidas ou contas em atraso.

4.4. PERCEPÇÃO DO CONSIGNADO

Conforme Tusset (2012, p.63), para que um empréstimo seja considerado como bom deve ser “destinado para satisfazer uma necessidade, investir em educação, antecipar objetivos, e quando seu pagamento couber no orçamento da família”. Quanto às dívidas, essas devem ser feitas quando há consciência de suas implicações a longo prazo. Entretanto, diante do que já foi exposto sobre as motivações para a realização do consignado no presente estudo, as necessidades referentes à saúde e auxílio financeiro a parentes e as situações emergenciais do cotidiano foram os principais considerados na decisão de se adquirir o crédito oferecido por instituições financeiras, o que exclui os empréstimos feitos dentro da categoria que a autora apresenta.

Com efeito, quando questionados acerca das percepções do crédito consignado, seis dos oito entrevistados declararam considerá-lo como ruim, afirmando ter ciência das consequências negativas para as suas finanças pessoais e familiares:

E2: Olha, pra mim, no final de tudo é **ruim**, porque como eu disse, **vicia**. É fácil e não tem ninguém olhando pela gente, pelos nossos “direitos”. Fora que já ouvi muita história de fraude, né? Mas o que que a gente vai fazer? Nada. Não tem nada que a gente pode fazer. Então o jeito é seguir como “tá”.

E5: Eu diria que ruim. Você acaba recebendo pouco, se aperta e aí quando vê só no seu contracheque os empréstimos. É **ruim**. Você acha que tá com muito dinheiro na mão, mas dinheiro acaba rápido né? E aí sua renda diminui. Era pra eu receber os dois salários, mas eu não recebo mais, né? O **empréstimo** tirou tudo. Não restou nada. Eu não faria se tivesse outra opção, mas é complicado porque não tem outra opção. E eles acabam pressionando você “pra” fazer, porque ligam muito, muito mesmo. É um abuso às vezes, porque eles não param de ligar e **oferecer**, e isso é muito chato. Eu tento não me aborrecer, porque sei que quem tá do outro lado trabalha, mas é difícil. Ainda tem isso. Estressa. Eu acho que não devia existir por deixa os bancos tudo mais rico também “né”? É nosso dinheiro que movimenta eles. Mas se não tem outra opção é só com essa que a gente pode contar mesmo.

Ambas as entrevistadas apontam ainda problemas como o vício pelos empréstimos já mencionado por outro respondente em questões anteriores, como dito por E2 e o abuso praticado pelas representantes e instituições financeiras que ligam repetidamente para os seus potenciais consumidores e pela insistência alcançam o seu objetivo. A entrevistada E5 ainda mostra

conhecimento sobre um dos efeitos que o crédito adquirido causou em sua renda, diminuindo-a em virtude das parcelas do empréstimo. Pode-se perceber ainda que as tanto E2 quanto E5, afirmam não ter outra opção para recorrer. Esse fato também foi mencionado por outros participantes e o que levou os únicos entrevistados da pesquisa a considerar o empréstimo como bom:

E6: Olha, eu acho que com essas crises todas que a gente passa é **bom** ter essa **opção**. Mas eu sei que eles ganham muito por trás disso tudo. Os bancos botam taxa baixa, mas mesmo assim “tá” tirando dinheiro da gente. Eu acho que se for pesar é mais ruim do que **bom**. Tem muita gente que faz dívida. Um amigo mesmo fez várias. Porque depois, mesmo que você pague o que **precisava** com o **empréstimo**, você passa muito tempo sem receber o que recebia antes. Isso é **ruim** entende? Eu não indicaria pra ninguém fazer, a não ser que precise muito. Eu errei quando fiz pra comprar besteira, mas eu precisava. Sem fogão não dá pra comer né? Vai cozinhar como? Mas eu vou me organizar pra depois que comprar o carro da minha filha, eu não faço mais.

E7: Eu vejo como **bom**, porque a gente que é pobre não tem de onde tirar mais. Eu quando **precisei** me ajudou bastante. Eu sei que eu tive que me apertar depois, mas quando a gente **precisa** a necessidade é maior. Eu vejo assim, se me ajuda, o que mais eu posso achar? Pelo menos é uma ajuda, uma saída. Eu vejo como **bom**.

Como retratam os entrevistados E6 e E7 o empréstimo consignado é visto como uma saída para os problemas que surgem e que a sua baixa renda os impossibilita de sanar, ainda que o julguem seus efeitos como ruim, onde inclusive o entrevistado E6 diz saber que mesmo com as baixas taxas, os juros ainda assim são responsáveis pela redução de seu rendimento ao final do mês. Embora que, quando questionados sobre se haviam feito algum corte no orçamento ou atraso nas contas após os empréstimos, cinco dos oito participantes afirmaram não ter feito nenhum corte ou atraso nas contas do mês:

E2: Não. Eu fiz sacrifiquei algumas coisas, mas deu pra **pagar** tudo certo. Tudo que era importante eu consegui pagar, por isso eu consegui. Depois é que a gente vai tentando dar conta do que vai aparecendo, porque a gente não recebe o que recebia antes até o **empréstimo** acabar, o que eu acho a única parte ruim desse negócio, mas pelo menos a gente também não faz mais dívida porque já tá tirando do seu dinheiro e você sabe que vai pagar tudo no final.

E3: Não, graças a Deus não. Ainda não precisei fazer isso com esse **empréstimo** que fiz. Vamos ver depois, né? Porque já é menos esses duzentos na minha conta. Talvez o problema é que a gente não percebe logo, né isso? Vamos ver.

E7: Olha, no começo não, mas depois eu tive que ir fazendo sim, porque eu comecei a receber pouco né? Deu “pra” eu comprar os remédios quando eu fiz, mas depois que descontou o dinheiro, eu tive que comprar menos coisa pra casa sim.

Pelas respostas, é notável que apesar da resposta negativa, houve uma adaptação inicial no orçamento em virtude da diminuição da renda, por conta da contratação do crédito, e a entrevistada E7 ainda afirma em seguida que, posteriormente, teve que fazer alguns cortes no orçamento. A entrevistada E3 destaca algo importante, a percepção do impacto do empréstimo ao longo do tempo, ao afirmar que o problema é que não se percebe de imediato os impactos dessa decisão no orçamento a longo prazo.

Por isso, Atkinson e Messy (2011), reforçam a importância da educação financeira, para que decisões como essa sejam tomadas com base em informações sólidas, não apenas dos trâmites legais e técnicos envolvidos em uma operação de crédito, como de suas consequências a curto, médio e longo prazo, pois mesmo que o consignado não impacte os bancos diretamente, ao estarem assegurados pelo fato de haver o desconto direto da folha do aposentado/pensionista, que por um determinado período influencia o ambiente externo à ele, especialmente no desenvolvimento da economia e de setores que dependem que seus consumidores mantenham os seus compromissos financeiros. Os participantes que afirmaram ter feito cortes no orçamento ou atrasado alguma conta ilustram bem esse fato:

E4: Com certeza. Tive sempre que me **apertar**, porque fora aquelas despesas eu tinha outras. Tenho, sabe? A gente tem que gastar, não tem jeito. É uma questão de escolha. Tem momento que você tem que pesar e ver o que é melhor pagar ou não.

E6: Sim, tive que fazer alguns cortes, escolher onde ia gastar o dinheiro ou não. E fiquei só pagando o que era necessário, luz, o financiamento da casa, comida, internet. O resto das coisas, como sair, ir pra shopping comprar roupa, eu deixei de fazer. Tive que me **apertar** né? Não existe isso de pedir empréstimo e não se **apertar**. As pessoas fazem, mas não percebem que aquele dinheiro acaba logo e você tá ainda recebendo menos.

A escolha por quais contas pagar mostram a realidade por trás a aquisição do dinheiro do crédito consignado, conseguido de forma muitas vezes descrita como simples e rápida pelos que já recorreram a ele. Ainda assim, não houve, de acordo com todos os respondentes, nenhuma mudança no modo como administraram a sua renda após a contratação do serviço financeiro:

E3: Não, continuei com tudo do mesmo jeito. Eu não sei como podia fazer **diferente**. Eu faço o que posso. Também só fiz esse até agora, então eu vou esperar pra ver. Mas a situação já é ruim de todo jeito, eu só espero que esse extra ajude.

E5: Não, não **mudei** nada, não. Só fiz me apertar, mas eu até hoje peço. E eu sei que já, já não vou poder mais, mas por enquanto é o que posso fazer. Mas **mudar**? Não mudei em nada. Devia né? Mas não tem como.

E8: Não, não. Nadinha, continua tudo do mesmo jeito. Porque você até quer fazer alguma coisa **diferente**, mas fica meio perdido sem saber por onde começar. Porque vira tudo uma bola de neve, aí você se perde. É tanta coisa “pra” se preocupar que eu não penso nem no que “tô” fazendo direito.

Diante do declarado pelos respondentes se confirma novamente a afirmação de Leal e Nascimento (2012), sobre a ausência da prática do controle do orçamento pela maioria das pessoas. Nas respostas acima é possível identificar certo desconhecimento em como de fato elaborar uma ferramenta de controle da renda familiar, quando E3 afirma que não sabe como fazer diferente e E8 diz que não saberia por onde começar. Com relação a essa dificuldade, Gamba et al (2017) reconhece que inicialmente não é fácil planejar-se e organizar-se financeiramente, mas reitera que desenvolver um planejamento e orçamento financeiro deve envolver toda a família, para que se alcance um equilíbrio financeiro e possam realizar sonhos futuros.

Contudo, mesmo reconhecendo o empréstimo consignado em folha como ruim, novamente sete dos oito indivíduos entrevistados afirmaram que, caso atravessassem alguma dificuldade financeira, preferiam fazer um novo empréstimo a buscar outras formas de resolver os problemas:

E2: Se eu **precisasse** novamente, iria fazer sim, porque não temos de onde tirar. Mas eu não acho que seja bom... Eu sei que vicia você sabe? Porque é **fácil**. É rápido e você consegue em todo canto. Mas eu sei que eu ganho deles menos do que eles ganham de mim. Aí você vai ganhando menos e menos, mas você vai se ajeitando aqui e ali e vai conseguindo viver. Se você nunca fez um empréstimo eu diria que não fizesse. Não é uma boa escolha, e você olha o que ganhava antes e o que ganha depois e.. Não é bom. Não faça se nunca fez um.

E5: Sim, **faria**, porque os juros são menores e é mais **seguro** né? Como eu disse. Faria sim, porque não tem outro jeito. E as coisas estão difíceis né? Tão difíceis no país. Então eu faria sim.

E7: Eu procuraria outro empréstimo, com certeza. Eu não tenho outro jeito de resolver as coisas quando preciso de dinheiro, até porque minhas contas tão tudo bagunçada. Eu queria organizar as coisas, mas depois de tudo que aconteceu com meu neto eu e meu marido ainda não conseguimos ver como “ajeitar” as “conta” e o empréstimo é mais **fácil** e mais **seguro** do que qualquer outra coisa. Pra gente que não tem a quem pedir, é um socorro.

Como é possível verificar, a maioria acredita que a facilidade, juros baixos e a rapidez em fazer o consignado são fatores positivos que os levam a buscá-lo, além de ainda considerá-lo seguro diante de outras opções existentes no mercado. A preferência por parte da maioria dos indivíduos participantes da pesquisa por este tipo de empréstimo diante dessas características apontadas corroboram com os dados trazidos por Mora (2015) a respeito da evolução do crédito consignado no Brasil, que retrata inclusive o fenômeno do crescimento acima da média dessa modalidade de crédito no país. A autora, no entanto, sabe que embora os impactos na renda sejam, em teoria, menores que comparados com outras modalidades, ainda existe um efeito negativo relacionado a ele e que os respondentes, sem exceção reconhecem, mas que os fatores positivos apontados ainda possuem maior peso, diante do número de vezes que já fizeram a mesma operação. Toma-se como exemplo a fala do entrevistado E6:

E6: Não. Não porque eu já “tô” por aqui de **empréstimo**. Eu sei o que ele faz pro seu **dinheiro**, sua aposentadoria. Acaba tudo aos poucos. Agora eu pretendo fazer só mais um pra comprar um carro pra minha filha, porque ela trabalha longe, sabe? Desce aqui numa parada escura umas 11 horas 11:15 da noite. Quero comprar um carro pra ela pra ela ficar mais segura. Depois disso não vou fazer mais nada. Até porque tem um limite pra fazer né? E eu “tô” cansado de pagar **empréstimo**. Mas por enquanto é o que tem, né? A gente quando precisa tem que tirar de algum lugar.

Sendo ele o único a afirmar que não recorrerá a um empréstimo de novo em caso de problemas financeiros, o indivíduo diz que ainda pretende fazer mais um, para comprar um automóvel para a filha. O fato de o mesmo ainda haver apontado o vício como uma das consequências do empréstimo consignado pode explicar a contradição em sua fala ao declarar a intenção de fazer uma nova operação mesmo após afirmar está saturado e saber os efeitos sobre a sua renda. Nesse caso é interessante observar os efeitos não apenas econômicos, mas sociais do crédito consignado, que envolvem a dependência psicológica, além da financeira, por este tipo de crédito. Souza e Moratto (2014) fazem o alerta para que esse processo de recorrência ao consignado seja contextualizado, considerando seus efeitos e riscos, pelo seu impacto socioeconômico na sociedade, em especial quando se trata dos idosos brasileiros e suas famílias.

Desse modo, diante do exposto nas falas dos participantes da presente pesquisa, é importante apontar os principais resultados encontrados, no que se refere às categorias abordadas até o momento e nos temas relacionados às mesmas, condensados e apresentados no quadro 4 abaixo:

Quadro 4 - Resultados condensados da análise

Acesso ao Consignado	<ul style="list-style-type: none"> >Entrevistados afirmaram conhecer o empréstimo consignado por meio de parentes ou amigos. >Ligações feitas por bancos e correspondentes bancárias. > Informação adquirida por gerentes dos bancos frequentados.
Noções de Educação Financeira	<ul style="list-style-type: none"> >Todos os participantes consideraram-se bem informados acerca das condições do empréstimo consignado e expressaram confiança nas informações recebidas. >Todos informaram dados dos últimos empréstimos realizados recentemente. >A maioria realizou pesquisa prévia sobre condições de empréstimo consignado >5 dos 8 correspondentes afirmaram considerar negativos os impactos do consignado, e cientes de seus riscos. >Todos os entrevistados admitiram recorrer novamente a empréstimos mesmo diante dos seus efeitos negativos . >A facilidade e baixas taxas do consignado mencionadas pelos entrevistados foram apontadas como fatores importantes para preferência pelo mesmo. >Outro aspecto importante é o “aperto” no orçamento relatado pelos entrevistados, causados pelo número de empréstimos feitos, já que a exceção de um, todos os demais respondentes afirmaram ter feito dois ou mais empréstimos consignados, o que suprime ainda mais a renda.
Finalidade do crédito	<ul style="list-style-type: none"> >O consignado surge como uma alternativa financeira para eventuais gastos emergenciais, como problemas de saúde e o gasto com remédios. >Situações adversas. >Aquisição e bens duráveis. >Auxílio a parentes. >Nenhum dos entrevistados declarou sentir-se pressionado a fazer empréstimos pelos parentes.
Frequência de empréstimos	<ul style="list-style-type: none"> >Com exceção de um entrevistado, todos os demais afirmaram terem recorrido mais de uma vez ao empréstimo consignado.

Planejamento e orçamento financeiro	<p>>Há unanimidade de não haver nenhuma realização e controle de um planejamento e orçamento financeiro.</p> <p>>Verifica-se que a ausência de um orçamento é justificada pela falta de tempo e elaborar e realizar um e pela natureza emergenciais dos gastos, o que faz com que muitos desistam de anotar e acompanhá-los periodicamente.</p> <p>>Grande parte dos participantes declarou acreditar não possuir um orçamento equilibrado.</p> <p>>Reconhecem que o fato de não controlarem as finanças impactam no orçamento desequilibrado da família.</p> <p>>Seis dos oito entrevistados afirmaram que não consideram que a sua renda supra as despesas mensais, diante do pouco que recebem de benefício e considerando o número de empréstimos que possuem.</p> <p>>Quando se menciona temas como a qualidade de vida, foi possível verificar na fala dos entrevistados o impacto negativo de um orçamento desequilibrado no seu padrão de vida.</p>
Percepção e consequências do consignado	<p>>Seis dos oito entrevistados declararam considerá-lo como ruim, afirmando ter ciência das consequências negativas para as suas finanças pessoais e familiares.</p> <p>>O vício foi citado como um dos efeitos negativos do empréstimo pela sua facilidade de aquisição.</p> <p>>Cinco dos três participantes afirmaram não ter feito nenhum corte ou atraso nas contas do mês, embora tenham declarado ter feito uma adaptação inicial no orçamento em virtude da diminuição da renda (os chamados “apertos”).</p> <p>>Dos que afirmaram ter feito cortes, houve a escolha por quais contas pagar e corte nos gastos, além da aquisição de dívidas.</p> <p>>Nenhum dos participantes fez mudanças no modo como administraram a sua renda após a contratação do serviço financeiro.</p> <p>>Sete dos oito indivíduos entrevistados afirmaram que fariam outro empréstimo mesmo cientes de seus impactos negativos.</p>

(Fonte: Dados da pesquisa, 2018)

Observando-se o cenário apresentado acima, é possível perceber que, embora os aposentados e pensionista do INSS tenham apresentado comportamentos que indicam uma educação financeira que os permite perceber os riscos e buscar o maior número de informações possíveis, pela ausência de um planejamento e orçamento financeiro familiar, muitos não tem a clara percepção dos efeitos negativos ligados ao empréstimo consignado, principalmente a longo prazo. Este fato ilustra o perigo da ausência de um controle financeiro, pois os consumidores desse

tipo de produto não têm condições ou conhecimento prévio para preparar-se previamente para quaisquer impactos negativos que a redução de sua renda, já baixa, pode acarretar, além das consequências sociais como o vício e as dívidas, como relatado por alguns dos participantes.

Entretanto é interessante mencionar que, apesar de a maioria considerar o empréstimo e suas consequências como ruins ou negativos, todos admitiram recorrer novamente a ele, pela falta de outra opção mais segura, ou que ofereça facilidade maior ou juros mais baixos. Nesse ponto é importante destacar a necessidade de alfabetizar financeiramente o público adulto idoso, em especial o de baixa renda, para que não tenham apenas o conhecimento, mas também sejam capazes de desenvolver atitudes e comportamentos mais responsáveis com relação à gestão de suas finanças, considerando-se que muitos dos idosos o Brasil e como foi nessa pesquisa verificado, ainda são a base financeira de seu núcleo familiar. As motivações expressas pelos respondentes para os empréstimos demonstram que o governo e as instituições ainda devem reunir esforços mais efetivos e contundentes, no tocante à instrução da população brasileira quando o assunto é gestão e gerenciamento de renda.

CONCLUSÕES

Desde a sua introdução em 2003, o empréstimo consignado no Brasil mudou o perfil do crédito pessoal no país, reduzindo custos através de expansão de prazos e juros mais baixos, ao contemplar aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e servidores das esferas federal e municipal dos estados e municípios brasileiros. Essa ação governamental realizada com o intuito de aquecer a economia já pagou, desde a sua criação, mais de 38 bilhões de reais em empréstimos, continua em ritmo de crescimento.

Pela facilidade de acesso através de bancos e seus correspondentes, esse tipo de crédito tem como principal cliente os idosos, aposentados e pensionistas do INSS, os quais constituem-se como público mais frágil, pela situação social de vulnerabilidade social e financeira que a maioria dos que recorrem ao consignado se encontram, já que muitos recebem não mais que o valor de um salário mínimo como pensão ou aposentadoria, sendo essa a sua única fonte de renda (MORA, 2015).

Como consequência, há o comprometimento de grande parte da renda, agravada ainda pelo a maioria recorre a esse tipo de crédito: um complemento de renda frente aos problemas financeiros enfrentados no cotidiano. Aliado a isso, está o baixo nível de educação financeira entre o público idoso, que pouco percebe os riscos a longo prazo de operações financeiras como o empréstimo consignado, visto que muitos comprometem sua renda já baixa, com a contratação repetitiva de empréstimos, para arcar com gastos com a saúde e auxílio financeiro à família. A ausência de programas mais efetivos de educação financeira voltadas para esse público agrava o quadro, pois sem uma orientação ou conhecimento prévio dos riscos inerentes à contratação de empréstimos a longo prazo termina por favorecer situações desfavoráveis financeiramente.

Os seus efeitos não são percebidos de imediato diante da falta de um planejamento financeiro prévio por parte da maioria das famílias, o que poderia auxiliá-las a preparar-se para o impacto negativo no orçamento familiar no período da contratação do empréstimo. Isto porque não há uma elaboração de um orçamento, ferramenta existente dentro do planejamento financeiro, a qual tem como função ajudar a acompanhar e controlar as receitas e despesas, sejam elas diárias, mensais ou anuais, mas que pouco é utilizada pela maioria dos brasileiros (LEAL, NASCIMENTO, 2018). Sem uma organização e planejamento financeiro prévio para que o orçamento familiar comporte a adição de um empréstimo na realidade da família, o que existe é a

falsa sensação de que não há efeitos muito relevantes na renda de aposentados e pensionistas que buscam o empréstimo consignado como saída para problemas financeiros.

Diante desse cenário, o presente estudo foi realizado com o principal objetivo de verificar os impactos da modalidade de empréstimo consignado em folha no orçamento familiar de aposentados e pensionistas do INSS da cidade de João Pessoa. Para tanto, analisou o perfil sociodemográfico de oito indivíduos residentes da cidade, verificando o seu nível de educação financeira a partir do comportamento no ato da contratação desse tipo de crédito e observando os motivos e as consequências financeiras e sociais do mesmo em seu orçamento familiar. Dentre os resultados obtidos após a realização de entrevistas com os participantes da pesquisa, verificou-se que a maioria são mulheres, entre 66 e 69 anos, que recebem de um a dois salários mínimos como benefício do INSS, recorreram mais de uma vez a empréstimos consignados no prazo máximo de 72 vezes, como comum ao órgão, e possuem renda familiar média de 2,5 salários mínimos. Esses dados coincidem com dados fornecidos por órgãos do governo, como a Coordenação Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios e a Secretaria da Previdência Social.

Como averiguado na exposição dos resultados da pesquisa, com relação ao nível de educação financeira, os participantes se mostraram preocupados com possuir o maior número de informação possível sobre as condições dos empréstimos realizados, afirmando realizarem pesquisas prévias sobre taxas e outros aspectos do serviço, como também declararam estar cientes dos riscos, seja com relação a possíveis fraudes, o que levava muitos a ir acompanhado a bancos e correspondentes, ou com o impacto nas finanças a longo prazo, os quais consideraram em sua maioria negativos, para si. Entre os principais motivos para essa visão ruim sobre o consignado, estão a facilidade com que podem contratá-lo e que como efeito gera o vício nesse tipo de serviço, além do fato de que há a diminuição da renda, fazendo com muitos controlem ainda mais os gastos no dia a dia, e escolham quais obrigações financeiras devem continuar honrando.

O fato de que muitos souberam informar as principais condições nas quais contrataram o crédito consignado e estarem cientes dos efeitos como o vício e a diminuição da renda, caracterizada pelo que muitos afirmaram fazer quanto ao seu orçamento, ao usar o termo “aperto” para ilustrar uma das consequências da contratação do crédito em suas finanças, indica que foram bem informados pelas instituições responsáveis e compreendem os riscos do produto financeiro utilizado, ainda que confessem que por falta de melhores e mais confiáveis alternativas, procurariam novamente o serviço.

Isto se deve, provavelmente, às razões pelas quais os respondentes informaram recorrer ao empréstimo: para compras de medicamentos por problemas de saúde e auxílio à família, diante de problemas financeiros recorrentes. Os gastos com situações emergenciais como reformas na casa e necessidade de compra de utilitários por diversos motivos também figuram entre as principais razões. Dessa forma, percebe-se que também na visão de aposentados e pensionistas de João Pessoa, o crédito consignado é visto como complementação da renda já escassa do público idoso.

Diante dessa situação, o agravante reside no fato de que todos os participantes declararam não realizar qualquer planejamento ou elaboração de um orçamento financeiro para e organizar previamente para a contratação de um empréstimo consignado, mesmo estando conscientes de seus malefícios a longo prazo, declarando entre os motivos a falta de tempo ou o desconhecimento sobre a sua elaboração. Essa situação os torna vulneráveis às principais consequências desse tipo de crédito em seu orçamento familiar: endividamento, diminuição e comprometimento da renda, afetando negativamente o padrão de vida das famílias e diminuindo seu potencial consumidor na economia local.

O endividamento, diante de fatores como o declarado pelo participante E6 dizer que opta pelo pagamento de contas essenciais em detrimento de outras e da fala de E7, a qual declara não dormir pelas dívidas adquiridas por contas não pagas. O comprometimento da renda e diminuição do padrão de vida já baixo piora a hipossuficiência financeira do público idoso que fez parte dessa pesquisa, e está presente nas falas de todos os respondentes quando mencionam que foram obrigados a “se apertar” financeiramente, referindo-se a contenção dos gastos no dia a dia, além da ênfase dada ao fato de saber recebem menos do que deveriam, a partir do momento que tem as parcelas descontadas diretamente de seu benefício e efeito dos juros sobre ele.

Desse modo, o descontentamento expresso por todos os respondentes acerca do baixo benefício que recebem e da impossibilidade de outra forma de conseguir crédito de modo mais seguro, que não sacrificasse tanto a sua renda, é confrontado com o desconhecimento de forma de controle da mesma, através de um bom e eficiente planejamento financeiro familiar que os possibilitassem refletir de modo mais eficaz sobre como gerir o seu dinheiro antes e após a realização de um empréstimo consignado.

Cabe como resposta a essa carência expressa pelos participantes, programas mais efetivos por parte de órgãos governamentais do estado da Paraíba, os quais devem envolver iniciativas em prol, não apenas de um maior esclarecimento acerca dos produtos financeiros presentes em

instituições como bancos e correspondentes, mas da importância de elaborar um planejamento e orçamento financeiro familiar para evitar as consequências apontadas, pois as suas origens vão além da fonte e clareza de informações, já que atravessam questões como hábitos familiares com respeito a práticas de controle financeiro. Esse esforço em virtude de, não apenas de fornecer uma educação, mas também uma alfabetização financeira de qualidade para a população mais idosa, desses programas devem incluir também as instituições financeiras e de ensino, para garantir um maior alcance do público necessitado de ações educativas voltadas para o gerenciamento de suas finanças.

Embora tenham sido citadas ações do governo federal como a ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira), e o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), no intuito de fornecer programas de educação financeira à população brasileira, muitos programas focam o público jovem e adultos, quando há a necessidade de um específico para o público idoso, de baixa renda em especial, que seja efetivo de fato e possua um objetivo concreto a ser acompanhado por pessoal competente. O que há hoje são campanhas a favor do fornecimento responsável e claro de informações concernentes a produtos bancários e um rigor maior nas operações por questões de segurança que buscam evitar fraudes e golpes, no entanto isso não é suficiente para evitar o endividamento e comprometimento da renda de milhares de aposentados e pensionistas do INSS, impactando negativamente no desenvolvimento econômico do país.

Portanto, ações educativas eficientes e bem planejadas se fazem urgentes para evitar um cenário ainda mais desastroso futuramente para uma população que envelhece mais a cada censo realizado pelo governo. O atual estudo, diante de sua abordagem qualitativa, possuiu uma amostra pequena de participantes, dez no total, contudo apenas oito foram consideradas. Essa atitude foi necessária pela razão de que muitos abordados para participar da pesquisa se mostraram desconfiados e temerosos a princípio, mesmo quando explicados a natureza e objetivo do estudo, em fornecer algumas informações. O intuito inicial era marcar entrevistas com os interessados sem locais mais propícios para uma entrevista, porém houve a recusa de todos, com a alegação de falta de tempo para tanto e sinais de desconfiança em ser entrevistado por um desconhecido.

Por isso, as entrevistas foram realizadas em instituições bancárias, ou em locais próximos a elas no centro de João Pessoa, o que influenciou na forma como foram dadas as respostas, as quais em ocasiões foram curtas ou apressadas e, por isso, duas entrevistas foram descartadas. Entretanto as respostas obtidas foram suficientes para satisfazer os objetivos propostos. Como sugestão de

futuros trabalhos com relação a temática na cidade de João Pessoa, propõe-se a expansão do estudo da temática aqui abordada, com um maior número de participantes para se ter um retrato mais fiel da atual situação desse público idoso em particular, abordando questões como hábitos de consumo, dados mais aprofundados sobre outras operações dentro do crédito consignado realizados pelos aposentados e pensionistas do INSS, e os seus efeitos no orçamento familiar. Além desse enfoque, há a possibilidade de realizar estudos voltados para a ausência da prática de um planejamento e orçamento financeiro por parte das famílias, visto que foi um fator importante que contribuiu para a atual situação financeira dos participantes entrevistados nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, V. Percentual de Famílias endividadadas sobre de 59 para 62,2%. *Agência Brasil*.2018. Disponível em:<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/percentual-de-familias-endividadadas-sobre-de-59-para-622>>. Acesso em: 25 mar.2018.
- ALMEIDA, A.N.; FREITAS, R.E. Famílias com idosos nas áreas urbana e rural: análise do dispêndio a partir da pesquisa de orçamentos familiares de 2002-2003.In:SILVEIRA, F.G. et al. (ORG.) *Gastos e consumo das famílias brasileiras contemporâneas*. Brasília, Ipea,2007. v. 2, p. 2051-278.
- ALVES, R. A.; SILVA, J. S.; BRESSAN, A. A. Alfabetização financeira de Discentes em Ciências Contábeis: Diagnóstico e Comparação com Universitários Norte-Americanos. Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis – AdCont, Anais... Rio de Janeiro – RJ, Rio de Janeiro, 2, 2011.
- ANDERLONI, L.; VANDONE, D. 2010. Risk of Over indebtedness and behavioral factors. Working Paper Nº 25. *Social Science Research Network*. Santa Monica, CA. Disponível em:<https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1653513>. Acesso em 10 abr. 2018.
- ATKINSON, A.; MESSY, F. A. Assessing financial literacy in 12 countries: An OECD pilot exercise. *Netspar Discussion Paper*. vol. 10, issue 04, 657-665, 2011. Disponível em: < <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-pension-economics-and-finance/article/assessing-financial-literacy-in-12-countries-an-oecdinfe-international-pilot-exercise/3AC4BAF1C43A5A2CD54DDF42AC9C05C5>>. Acesso em: 05 abr. 2018.
- BARBOSA, J.S.; SILVA, M.A.; PRADO, R. A. D. P. Orçamento Doméstico: Sondagem de Opinião do Consumidor do Pontal do Triângulo Mineiro. *Revista de Administração e Contabilidade*. Feira de Santana, v.6, n. 2, maio-ago. 2014. Disponível em: <<http://www.Fat.edu.br/reacfat.com.br/index.php/reac/article/viewFile/274/134>>. Acesso em: 22 mar. 2018.
- BARONE, F.M.; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v.42, n. 6, nov. Dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122008000600012&script=sciarttext&tlng=pt>>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- BATISTELLA, C. *Consumo e endividamento na classe média brasileira no início do século XXI*. 2014. 87 Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014. Disponível em:<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7334/1/2014_CamilaBatistella.pdf>.Acesso em: 12 maio 2018.
- BITENCOURT, C. M. G. *Finanças pessoais versus finanças empresariais*. 2004. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6506>>. Acesso em: 01 maio 2018.

BIROCHI, R.; POZZEBON, M. Aprimorando a inclusão financeira: Rumo a um quadro teórico de educação financeira crítica. *Revista de Administração de Empresas*, v. 56, n. 3, p. 266-287, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/41294/aprimorando-a-inclusao-financeira--rumo-a-um-quadro-teorico-de-educacao-financeira-critica/i/pt-br>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. Banco Central do Brasil. *Pesquisa sobre endividamento*. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2nabTmG>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

_____. Banco Central do Brasil. *Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico)*. Brasília, 2013, p.72. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2018.

_____. Banco Central do Brasil. *Série Cidadania Financeira-Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão*. Brasília, 2017, ed. 5, p. 76. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/no_r/relincofin=/seriecidadaniafinanceirapesquisainfeb%2004432017.pdf. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. Banco Central do Brasil. *Brasil: implementando a estratégia nacional de educação financeira*. 2016, p.26. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia Nacional l_Educacao_Financeira_ENEF.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia%20Nacional%20Educacao_Financeira_ENEF.pdf)>. Acesso em: 16 abr.2018.

_____. Ipea. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. *Nova classe média corresponde a 53% população*: São mais de 100 milhões de brasileiros. Um aumento de 37% apenas na última década. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15558&Itemid=2>. Acesso em: 13 maio 2018.

_____. IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. *Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil* / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 150 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2018.

_____. IBGE. *Censo IBGE 2010*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joaopessoa/panorama>>. Acesso em: 19 maio 2018.

_____. Ministério da Fazenda. *Boletim Estatístico da Previdência Social*. 2018.V.23, n. 03. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/berps18.03ne.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018

_____. Ministério da Fazenda. Esplanada dos Ministérios. Ata de reunião ordinária do Conselho Nacional da Previdência realizada em, 28 de setembro de 2017. 28 p. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/atacnps242.pdf>> Acesso em: 8 jun. 2018

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2006, p. 229

BUAES, C.S. *Sobre a construção de conhecimentos: uma experiência de Educação financeira com mulheres idosas em um contexto popular*. 2011, 260 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de educação - Universidade Federal do Rio Grande do sul. Porto Alegre (RS). Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/33670>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

BUSETTI, Lucas. *Gerenciamento financeiro pessoal: Modelo de planejamento e controle para a construção patrimonial*. 2012. 168 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em:< <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67545/000867703.Pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 abr. 2018

CARLS, L. G.; DALRI, M. K. Aposentado do INSS com crédito consignado em uma instituição financeira bancária (2013): um estudo de caso. UNIJUI, nov. 2015. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/3094>> . Acesso em: 19 abr. 2018.

CHEN, H.; VOLPE, R. P. An Analysis of Personal Financial Literacy Among College Students. *Financial Services Review*, v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998.

CNC. Confederação Nacional do Comércio de bens, serviços e turismo. *O percentual de famílias endividadas apresentou em abril a terceira alta mensal consecutiva*. Disponível em:<http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_abril_2017-rev.pdf>. Acesso em 12 maio 2018.

_____. Confederação Nacional do Comércio de bens, serviços e turismo. *O percentual de famílias endividadas apresentou em abril a terceira alta mensal consecutiva*. Disponível em:<http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise_peic_maio_2018.pdf>. Acesso em 01 jun. 2018.

DUARTE, T.; CAMPOS, C. Conscientização para programação do orçamento familiar nos grupos de terceira idade em caçador. *Revista visão: Gestão Organizacional*. Periódico Interdisciplinar do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Caçador-SC, v.3, n.1, p.56-65, jan./jun. 2014. Disponível em:<<http://periodicos.uniarp.edu.br/visao/article/view/267/238>>. Acesso em: 22 mar. 2018

FCA. About the FCA.2016. Disponível em <<https://www.fca.org.uk/about/the-fca>>. Acesso em 13 abr. 2018.

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. Influência de Fatores Comportamentais na Propensão ao Endividamento. *Revista de Administração FACES Journal*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 13-35, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.Fumec.br/revistas/facesp/article/view/808/1269>>. Acesso em: 26 mar. 2018

FRISCH, F. Mercado vê inflação maior em 2018 e 2019 e economia perder ímpeto. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5584873/mercado-ve-inflacao-maior-em-2018-e-2019-e-economia-perder-impeto>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

GAIOTTO, S. A.V.; SARRES, T.G.; CAMPO, J. C. Análise do comportamento financeiro e orçamentário de famílias de classe C em Maringá-pr. *Semana Acadêmica Fatecie*, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 12, sep. 2017. ISSN 2526-6659. Disponível em: <http://fatecie.edu.br/ver-istacientifica/index.php/SEMANAACADEMICA/article/view/37> .Acesso em:19 abr. 2018.

GAMBA, M.C.S. *et al.* Planejamento financeiro: um estudo sobre a sua importância para as famílias da classe C residentes no Bairro Porto Lacustre, em Osório. *Indicadores Econômicos Fee*, Porto Alegre, v. 44, p.127-136, jan. 2017. n. 4. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/3886/3850>>. Acesso em: 05 maio 2018.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, p.20-29, maio 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2018.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

HALLES, C. R., SOKOLOWSKI, R.; HILGEMBERG, E. M. 2008.julho. O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida. *Anais do Seminário de políticas públicas no paraná: escola do governo e universidades estaduais*, Curitiba, PR, Brasil, 1. Disponível em: <http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel.gest o_orcamentaria_financeira_e_recursos_humanos/o_planejamento.pdf>. Acesso em: 02 maio 2018.

HUBERT, S. *O tonel das Danaides*: Consumo a crédito, superendividamento e a espoliação dos vulneráveis no Brasil contemporâneo. 2016. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/142493>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

Instituto de previdência do município de João Pessoa. *Prefeitura promove serviços gratuitos para a terceira Idade*. Disponível em:<<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeitura-de-joao-pessoa-promove-servicos-gratuitos-para-terceira-idade/>>. Acesso em:18 maio 2018.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; PANOS, G.A. Financial literacy and its consequences: Evidence from Russia during the financial crisis. *Journal of Banking & Finance*, v. 37, p. 3904–3923, 2013.

LEAL, C. P.; NASCIMENTO, J. A. R. Planejamento financeiro pessoal. *Revista de Ciências Gerenciais* São Paulo, v. 15, p.1-24, 13 nov. 2012. N 22. Disponível em: <<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/rcger/article/view/2101/3439>>. Acesso em: 03 maio 2018.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de Marketing*. Uma orientação aplicada. Tradução de Lene Belon Ribeiro, Monica Stefani. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. *Fundamentos da Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas, 2003

MCDANIEL, C.; GATES, R. *Pesquisa de Marketing*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MIOTTO, A. P. S. C.; PARENTE, J. Antecedents and consequences of household financial management in brazilian lower-middle-class. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 55, n. 1, p.50-64, jan.- fev. 2015. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902015000100050&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 10 maio 2018.

MORA, M. A Evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. (Texto para Discussão n.2022). Disponível em:< <http://repositorio.Ipea.gov.br/handle/1058/3537>>. Acesso em: 24 mar. 2018

MOURA, R. Crédito Consignado: face da expropriação financeira no curso da contrarreforma da previdência. *SER Social*, Brasília, v. 18, n. 39, p. 374-390, jul.-dez./2016. Disponível em: < http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/24458/17516>. Acesso em: 24 mar. 2018.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 15, p.731-747, 2011. n. 4. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4>>. Acesso em: 17 maio 2018.

NASCIMENTO, J. C. H. B; *et al.* Alfabetização Financeira: Um Estudo Por Meio Da Aplicação Da Teoria De Resposta Ao Item. Anais do 6º Congresso UFSC de Controladoria e Finança, Florianópolis, SC, Brasil. 2015. Disponível em:<<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/File/341/pdf>>. Acesso em:10 abr. 2018.

NOBREGA, R.S. *Os contratos de oferta ao crédito e a defesa do consumidor idoso*. 2011. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011. Disponível em: < <http://dspace.bc.eupb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6021/1/PDF%20-%20Rafaela%20de%20Souza%20N%C3%B3brega.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.

OECD. Acerca de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE).2018.Disponível em:<<https://www.oecd.org/centrodemexico/laocde/>>. Acesso em :13 abr. 2018.

PIRES, M.C. (Org.). *Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula*. 2 ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

PORTO, E. A. *Evolução do crédito pessoal no Brasil e o superendividamento do consumidor aposentado e pensionista em razão do empréstimo consignado*. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: < <https://security.ufpb.br/pos/contents/pdf/bibliovirtual/dissertacoes-2014/elisabete-porto.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K.M.; KIRCH, você é alfabetizado financeiramente? Descubra no termômetro de alfabetização financeira. In: *Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais*, 2014, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: FGV, 2014. Disponível em:<http://cef.fgv.br/sites/cef.fgv.br/files/mendes_et_al_voce_e_alfabetizado_financeiramente.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018

POTRICH, A.C.G.; VIEIRA, K.M.; CERETTA, P. S. Nível De Alfabetização Financeira Dos Estudantes Universitários: Afinal, O Que É Relevante? *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v.12, n. 3, p. 314-333, 2013. Disponível em:< <http://www.spell.org.br/documentos/ver/18839/nivel-de-alfabetizacao-financeira-dos-estudantes-universitarios--afinal-o-que-e-relevante->>. Acesso em: 08 abr. 2018.

SANTOS, A. C.; SILVA, M. Importância do Planejamento Financeiro no processo de endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. *Revista Formadores*, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 05-17, set. 2014. Disponível em: <<http://seer-advantista.com.br/ojs/index.php/formadores/article/view/396>>. Acesso em: 04 maio 2018.

SAVOIA, J.; SAITO, A.; Santana, F. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública - RAP*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, 2007, pp. 1121-1141. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241016440006>>. Acesso em :06 abr. 2018.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Currículos de Educação Financeira para a escola nos Estados Unidos. *Revista de Educação, Ciências e Matemática*, v.6, n.3, set/dez 2016. Disponível em : <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/4235/2209>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

SILVEIRA, D.; ALVARENGA, D. Desemprego sobe a 13,1% em março e atinge 13,7 milhões de pessoas. 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/desemprego-fica-em-131-em-marco-e-atinge-137-milhoes-de-pessoas.ghtml>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

SOUZA, B. O., MORETTO, C. F. Entre a razão e a emoção: a tomada de crédito consignado pelos idosos. *Revista Brasileira de Ciências do Desenvolvimento Humano*. Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 75-88, jan./abr. 2014. Disponível em:< <http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/3978> >. Acesso em: 23 mar. 2018.

THALER R.; SUNSTEIN C. *Nudge: o empurrão para a escolha certa*. São Paulo: Campus. 2009.

VASCONCELOS, A. M.; SILVA, N. M.; FONTES, M. B. O consumo dos serviços de crédito por idosos do Programa Municipal de Terceira Idade de Viçosa, MG. *Signos do Consumo*. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 94-106, jan./jul. 2017. Disponível em: <<http://www.Periodicos.Usp.br/s/ignos-do-consumo/article/view/122070/129492>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

YAZBEK, P. *Brasil é o 74º em ranking global de educação financeira*: Teste avaliou o nível de educação financeira de 144 países; com taxa de acerto de 35%, o Brasil ficou atrás de alguns dos

países mais pobres do mundo. 1. Disponível em :< <https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/bra-sil-e-o-74o-em-ranking-global-de-educacao-financeira/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

ZDANOWICZ, J. Criando valor através do orçamento: um modelo de proposta orçamentária global como requisito para sucesso na administração de empresas coureiro-calçadistas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, ed. NOVAK, 2004.